



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CONJUNTA - RELAÇÕES EXTERIORES / MINAS E ENERG. CD E SF / INFRAESTRU. DO SF		
EVENTO: Seminário	Nº: 1863/11	DATA: 10/11/2011
INÍCIO: 14h43min	TÉRMINO: 17h54min	DURAÇÃO: 03h11min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h11min	PÁGINAS: 63	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MIGUEL SORIA - Assessor do Senhor Presidente da Itaipu-Binacional, Jorge Samek.  
MARCOS VINICIUS GUSMÃO - diretor da Odebrecht.  
SÉRGIO MALTA - Presidente do SINERGIA  
SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES - Alto Representante-Geral do Brasil do MERCOSUL.  
LUIZ ALFREDO SALOMÃO - Relator do Seminário.

SUMÁRIO: 2º Painel do Seminário *Integração Energética da America do Sul: Mitigação de Riscos Políticos de Governo e das Populações Locais: Contribuições do PARLASUL e da UNASUL* e Solenidade de Encerramento.

OBSERVAÇÕES

Seminário promovido pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, com a participação das Comissões correspondentes no Senado Federal.  
Houve exibição de imagens.  
Há expressão ininteligível.  
Há intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.  
Há oradores não identificados.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador Roberto Requião) - A Mesa convida para que dela façam parte dois palestristas hoje presentes, Miguel Soria, Assessor do Presidente da Itaipu Binacional, e Marcos Vinicius Gusmão, Diretor da Odebrecht.

Logo mais, teremos a presença do Deputado Dr. Rosinha.

Este painel diz respeito à mitigação de riscos políticos de Governo e das populações locais. Discorre sobre as contribuições do PARLASUL e da UNASUL.

Sem mais delongas, passo a palavra ao Sr. Miguel Soria, que representa o Presidente de Itaipu.

O Sr. Miguel Soria usará da palavra por 10 minutos, improrrogáveis. Eu peço à Secretaria do seminário para fazer o controle do tempo, por favor.

**O SR. MIGUEL SORIA** - Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa.

Senador Roberto Requião, colega de painel, antes de mais nada, agradecemos o convite para Itaipu trazer algumas informações que possam ser úteis a esta discussão.

Como o prazo está bem mais curto do que eu havia imaginado, vou correr um pouquinho nos primeiros *slides*. Como o assunto é mitigação de riscos políticos de Governo e das populações locais, nós trouxemos algumas informações relativas à questão do impacto do projeto na região e suas principais consequências.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu trouxe alguns *slides* aqui sobre o panorama energético do Brasil. Vou ter que dar uma acelerada em função do curto espaço de tempo. Vou fazer um comentário sobre a situação do País. Há oferta interna de energia no Brasil em todos os tipos.

Aqui só energia elétrica. Predomina a hidráulica.

Aqui o sistema interligado nacional, com algumas considerações.

Aqui temos o sistema interligado sobreposto sobre o mapa da Europa Ocidental, que mostra a grandeza desse sistema interligado que nós conseguimos obter.

Aqui uma informação que considero bastante importante relacionada a isso: nós temos praticamente 1% da área do território nacional composta por espelhos d'água, sendo que menos da metade disso são reservatórios de hidroelétricas ou



reservatórios artificiais. Ou seja, é um número bastante pequeno comparado à questão da ocupação.

Então, diz-se que os reservatórios alagam territórios imensos, mas eu acho que esses números comprovam que a realidade é outra. Ou seja, há ínfima ocupação de alagamentos por questões de acumulação de água para diversos fins no País.

Entrando no assunto específico, aqui eu trouxe um mapa das principais interligações existentes no Brasil com os outros países da América do Sul, que é a maior parte do tema, e também a linha de transmissão que está construída agora com o Paraguai, que foi mencionada aqui de manhã várias vezes.

Entrando em Itaipu propriamente dita, nós temos aqui uma cronologia de fatos bastante interessantes. Começa com a Ponte da Amizade em 1965. Em 1957, o entreposto com Paranaguá. Em 1969, a Rodovia 277. Por fim, o Tratado de Itaipu, em 1973, que nós podemos considerar como ação precursora do MERCOSUL, sem dúvida. Depois, tivemos o Tratado do MERCOSUL e a criação do polo turístico.

Aqui é uma ficha técnica da empresa, não me vou delongar muito. Ela está hoje com uma potência instalada de 14 mil megawatts; responde por 77% da energia consumida no Paraguai e aproximadamente 20% da energia consumida no Brasil. A Itaipu gerou um reservatório de 1.350 quilômetros quadrados, um complemento de 170 quilômetros aproximadamente.

Aqui vemos algumas informações acerca dos deslocados com esse empreendimento. Quer dizer, na hora em que se formou o reservatório, e antes de formado, fomos tomar uma série de providências.

No lado brasileiro, destacaria aqui, foram adquiridos praticamente mil quilômetros quadrados de áreas, que eram de 8.500 propriedades: 6.900 rurais e 1.600 urbanas. A população deslocada foi de aproximadamente 40 mil pessoas; 87% delas permaneceram próximas ao projeto, porque eles conseguiram com a indenização comprar uma área de uma metade a mais do que tinham antes e ficaram praticamente na mesma região.

Foram reassentadas algumas pessoas, por volta de 4 mil pessoas, em assentamentos em outros locais do País, especialmente na Bahia, Acre e no próprio



Paraná, onde essas famílias reassentadas receberam lotes de entre 200 mil e 400 mil metros quadrados, financiados em 10 anos, com juros de 6% ao ano.

Houve uma campanha forte na época para obter o apoio da população afetada, através de TV, rádio, jornais, reuniões e visitas ao canteiro de obras, explicando a importância do projeto e os impactos que teria para o País inteiro, para o Brasil e para o Paraguai.

Foram submersos em função do alagamento mil e tantas casas no Brasil, trezentas e poucas no Paraguai que estavam nas barrancas do rio Paraná. Foram submersos 577 quilômetros de estradas vicinais, estradas de diversos tipos, e depois foram reconstruídos aproximadamente 350. Foram também emitidos títulos pelos dois governos, na ordem de 4 mil, indenizando posseiros que estavam naquela região. Em valores históricos, todo esse movimento aqui custou 190 milhões de dólares. Não tenho o número exato, mas hoje seria, contando as inflações do dólar americano, talvez uns 300 milhões de dólares aproximadamente.

Aqui tem uma situação do impacto da população deslocada pelo projeto.

Aqui nós temos o reservatório formado. Ele tem uma linha poligonal que dá 2.900 quilômetros para controlar, 1.600 do lado paraguaio e 1.300 do lado brasileiro, uma largura média de 210 metros. Está totalmente reflorestado, vocês podem observar aqui na foto. E nós plantamos, ao longo dessas três décadas, 43 milhões de mudas, que resultaram nessa floresta ciliar. E isso permite que haja um sequestro de carbono desta ordem: mais de 700 mil toneladas de CO<sub>2</sub> por ano sequestradas.

Como é que está o tempo aí? (*Pausa.*)

Este aqui é um *slide* importante. Itaipu é a unidade hidrelétrica que mais produz energia no mundo. Ninguém consegue superar Itaipu em termos de produção energética. Embora a usina das Três Gargantas, na China, tenha uma potência maior, ela, por diversas razões, não consegue produzir tanto como Itaipu. Então, Itaipu já chegou a produzir quase 95 terawatts/hora, o que corresponde a um quinto de toda a produção nacional.

Para os senhores terem ideia dessa quantidade de energia, isso significa mais ou menos uns 500 mil barris de petróleo por dia que se deixa de queimar em função dessa produção, ou 47 milhões de metros cúbicos do GASBOL, do gás com



a Bolívia. Isso evita 85 milhões de toneladas se nós produzíssemos essa energia, por exemplo, a carvão — o carvão ainda é o mais usado no mundo inteiro. Ou, se produzíssemos a gás, evitaríamos 37 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> emitidas para a atmosfera. Então, é uma energia em grande quantidade, limpa.

Ano passado, mantivemos mais ou menos a mesma produção, 86 terawatts; e este ano já estamos próximos também de uma produção altíssima. Até esta semana, quase 78 terawatts.

É importante ressaltar que a Itaipu então, em rápidas passadas, produz energia elétrica, que é insumo básico para qualquer desenvolvimento, para os dois países; pratica uma tarifa social, porque é desonerada de lucros. O preço da energia é igual ao passivo, ao custo, com uma série de isenções fiscais inclusive; gera na região do projeto mais ou menos 3.400 empregos diretos e tantos outros empregos indiretos; remunera a cessão de energia feita pelo Paraguai ao Brasil — vou mostrar na tabela seguinte; distribui *royalties* ao Brasil e ao Paraguai — são *royalties* pelo uso do potencial hidráulico; realiza muitas ações socioambientais, educacionais na área de influência; e contribui muito para o turismo das Cataratas e do Lago. Itaipu já recebeu mais ou menos 16 milhões de visitantes, o que dá por volta de 500 mil visitantes por ano só no lado brasileiro.

Aqui temos o valor do repasse de *royalties*. Itaipu já repassou para os dois países por volta de 7 bilhões de dólares. E aqui, o total de encargos que Itaipu paga, 10 bilhões de dólares, computando os encargos de administração de supervisão da ELETROBRAS e da ANDE, os rendimentos de capital e a remuneração ao Paraguai por energia cedida. Isso aqui recebeu agora um ajuste significativo. Nós vamos pagar praticamente o triplo do valor que se pagava anualmente agora.

Aqui vemos uma comparação entre o Brasil e o Paraguai, que não vou entrar em detalhes, mas mostra indicadores importantes: população, PIB, renda *per capita*, consumo de energia elétrica, e o progresso que houve entre 1972, antes de começar Itaipu, e agora, 2010. Foram significativos os impactos, principalmente no Paraguai, da construção desse empreendimento.

Aqui vemos são as principais ações ambientais. Vou correr, porque não dá tempo.



O programa Cultivando Água Boa, que usa o conceito de bacia hidrográfica. Antes, nós usávamos um conceito político, que era dos Municípios limdeiros; agora, usamos o conceito de por onde a água vai e do impacto que tem aqui na região brasileira, principalmente.

Então, nós temos várias ações de educação ambiental: A agricultura familiar orgânica; as nossas duas comunidades indígenas, do lado brasileiro, que estão sendo também tratadas desde o início do projeto; os projetos de plantas medicinais; a coleta solidária de lixo; a reciclagem de óleo e resíduos sólidos da usina; o corredor da biodiversidade que pretende unir os parques nacionais; os biomas da Amazônia e do Pampa; a logística reversa; criação de peixes em tanques redes e o canal de migração de peixe. Hoje, os peixes se comunicam entre o reservatório e o rio, o que não existia antes.

Aqui, na parte de responsabilidade social, nós temos um programa interessante, o Jovem Jardineiro; proteção à criança e ao adolescente; energia solidária, o pessoal plantando embaixo dos linhões; incentivo à equidade de gênero; desenvolvimento de fornecedores na região, quer dizer, aqui há uma transferência de conhecimento para os fornecedores com impacto nas empresas e um projeto de rede cidadã, que envolve educação comunitária.

Aqui, o relatório de sustentabilidade, o GRI, de que a Itaipu participa; o programa Saúde na Fronteira, com grande impacto em toda a região fronteira Brasil e Paraguai, o trabalho com os voluntários, o incentivo aos voluntários, educação financeira; Iniciação e Incentivo ao Trabalho, um programa bastante longo que a Itaipu já conduz há bastante tempo, dando oportunidade para jovens de 14 a 17 anos.

Aqui, em tecnologia, evidentemente, todo o acúmulo de conhecimento que foi possível nesses anos todos, projetando, construindo, operando a usina, pertence aos cidadãos brasileiros e paraguaios. Nós estamos dando um reuso para esse conhecimento acumulado, não só em benefício da própria usina, mas também externamente a ela. Por essa razão, foi criado o Parque Tecnológico Itaipu, que é um braço da Itaipu, uma fundação, que pretende exteriorizar ou colocar esse conhecimento à disposição da sociedade.



Nós estamos também trabalhando na modernização da usina. Ela já está com 26 anos operando, já está precisando de um *retrofit*. Nós trabalhamos com *software* livre, temos uma universidade corporativa interna e alguns projetos estratégicos de grande impacto: a Plataforma Itaipu de Energias Renováveis, principalmente com a geração de energia com o biogás, em que estamos neutralizando um ativo ambiental muito importante na região, porque é uma região de suinocultura, de o agronegócio muito forte, que gera muito resíduo, o que comprometia lençol freático e reservatório. Agora, estamos neutralizando esse passivo ambiental, tornando-o um ativo energético, inclusive um ativo econômico para os produtores. Infelizmente, não podemos entrar em muitos detalhes aqui.

Temos também uma pesquisa sobre hidrogênio, junto com outras empresas no Brasil. Um veículo elétrico está sendo desenvolvido em Itaipu, para uso de energia limpa, junto com a KWO, a Fiat, a Universidade Federal da Integração Latino-americana — é um projeto que está sendo implantado dentro da área de Itaipu —, e o Centro Internacional de Hidroinformática.

Nesta parte, a de tecnologia, temos esses projetos que citei, com algumas fotografias.

Aqui temos a entrada do parque tecnológico.

Aqui está o carro elétrico, para vocês terem uma noção. É um carro da Fiat. Já existe o ônibus elétrico, um caminhão elétrico, e vamos ter um ônibus elétrico grande também, que vai circular em breve.

Aqui estão o biogás e os animais. Eles comem e produzem dejetos que são transformados em gás. Esse gás é transformado em energia elétrica ou em calor para a secagem. Inclusive, em algumas propriedades, em determinadas épocas do ano, a energia elétrica sobra. Então, a Companhia Paranaense de Energia — COPEL, empresa distribuidora no Paraná, por uma regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, até uma determinada carga, ela paga para o produtor. Então, o que era um problema pode virar, no fim, um produto agrícola: a energia do biogás.

Aqui temos a Universidade Federal da Integração Latino-americana, que já está sendo construída. É um projeto do escritório do Niemeyer.



Aqui estão algumas conclusões. A Itaipu vai ter seus compromissos concluídos por uma decisão administrativa em 2023. Hoje, a Itaipu fatura 3,5 bilhões de dólares por ano, mas dois e pouco são para pagar a dívida. Então, quando chegar a essa época aqui, essa dívida vai estar totalmente quitada. Esse valor que vai deixar de ser pago pela dívida vai ter uma destinação altamente benéfica, tanto para o Brasil quanto para o Paraguai. E 2023 já está em cima.

As ações socioambientais de mitigação e reversão de passivos ambientais têm sido bastantes efetivas. Inclusive, estamos conseguindo até reverter alguns impactos. O que era algo negativo está se tornando algo positivo. A opinião pública, com essa divulgação toda que fazemos, está começando a entender melhor toda essa questão.

Itaipu tem sido requisitada de forma permanente, mundo afora, para demonstrar esse projeto de hidreletricidade sustentável. Temos, inclusive, recebido alguns prêmios internacionais, porque há um reconhecimento de toda a comunidade internacional técnica e política de que é um projeto bem-sucedido. E o importante: é um *project financed*. Itaipu foi totalmente construída com recursos financiados, porque não havia outra maneira. Apesar dos altos encargos que teve que assumir durante a construção... Coincidentemente os juros do mercado internacional depois da crise do petróleo de 1973 cresceram muito quando estávamos captando muito. Então, houve uma aceleração da dívida. Mesmo assim, o negócio é tão viável que acaba sendo cumprido o prazo de 50 anos para que seja paga essa dívida. Agora, vamos ter muitos benefícios nesse aspecto.

Para concluir, aqui se falou da questão dos tratados. Itaipu é fruto de um tratado. Tratado é um acordo de alto nível, fica logo abaixo das constituições de todos os países. Foi um acordo de Estado, porque foi depois homologado e aprovado pelos parlamentos. Por isso que tem essa duração toda. É muito difícil um tratado receber alterações importantes. Em relação a um ou outro talvez se chegue a um acordo, mas na sua essência é muito difícil ser mudado. Então, é um exemplo de que acordos desse nível têm essa durabilidade, essa permanência.

Encerro aqui a apresentação e fico à disposição para outras informações. Obrigado. (*Palmas.*)





**O SR. PRESIDENTE** (Senador Roberto Requião) - A Mesa destacaria inicialmente que Itaipu não foi financiada pelo Brasil. Como disse o Soria, Itaipu é sustentável. O Brasil apenas avalizou empréstimos internacionais. Ela é metade do Brasil, metade do Paraguai, e os empréstimos são pagos com a renda da usina.

Quando se falou em triplicação do valor que o Brasil paga ao Paraguai, de 3 dólares por megawatt-hora, passamos...

**O SR. MIGUEL SORIA** - Um pouquinho menos, 2,7

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Roberto Requião) - ... para 9 dólares. Mas é importante dizer que a energia excedente do Brasil é vendida para o Uruguai e, no mercado, por 200 ou 300 vezes acima desse valor. Em 2023, o Paraguai receberá metade do rendimento de Itaipu, depois da liquidação de todos os empréstimos. Faço essa observação porque tenho visto muitas críticas pela triplicação que o Brasil paga. Chegamos a vender o megawatt-hora para o Uruguai a 300 dólares. Estávamos pagando, como disse o Soria, 2,7 dólares para o Paraguai.

Então, não se trata de um benefício descabido do Brasil para o Paraguai, mas de uma certa correção de uma injustiça distributiva no processo. É isso o que faz com que se torne possível um acordo bilateral entre países na construção de uma usina. De outra forma, estaríamos elevando a cada dia uma espécie de ressentimento do Paraguai em relação ao Brasil. Nove dólares, na minha opinião, ainda é muito pouco.

Tem a palavra o Sr. Marcos Vinícius Gusmão, Diretor da Odebrecht, pelos mesmos estendidos 10 minutos do Soria.

**O SR. MARCOS VINÍCIUS GUSMÃO NASCIMENTO** - Primeiramente, em nome da Odebrecht Energia, empresa criada há praticamente 3 meses, eu gostaria de agradecer à organização do evento o gentil convite que nos foi feito para falar um pouco sobre o *Desafio à integração energética na América do Sul*.

Cumprimento o nobre Senador Roberto Requião, e em nome dele todas as autoridades presentes.

Escolhemos o tema *Desafio à Integração Energética na América do Sul* porque ele é muito próprio à Odebrecht, que está neste momento investindo não somente no Brasil, mas também em alguns outros países, notadamente no Peru, na Colômbia e na Bolívia. Isso além de investir no Brasil.



*(Segue-se exibição de imagens.)*

Colocamos aqui um receituário bem pesado, mas vou passar muito rapidamente por algumas dessas questões. Primeiro, algo que é muito importante é a questão da evolução da matriz energética mundial e os cenários futuros. Pode parecer simples, mas a questão energética mundial é hoje um problema sem uma solução a longo ou curto prazo. Temos hoje uma dependência muito grande de perspectivas de desenvolvimento tecnológico para resolver problemas muito graves com relação ao suprimento futuro de energia.

Alguns indicadores energéticos de países selecionados, dos BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — e da América do Sul, posicionada à frente desses países. Há uma caracterização energética das reservas que temos nessa região. Aqui, os desafios à integração e algumas conclusões, sempre lembrando que a questão de energia sempre foi tratada nos países como algo relacionado à segurança nacional. Integração energética é algo muito sério, remete a aspectos ligados à segurança do país, ao suprimento. Então, tem-se que ter muito cuidado quando se fala numa integração energética muito efetiva e muito desenvolvida.

Em relação à matriz energética mundial e a cenários futuros, não vou me estender muito. Estamos trabalhando com dados de 2005, mas temos uma projeção. Temos hoje em torno de 12,5 — há um errinho de escala aqui, que é 13,5. São 12,5 bilhões de toneladas equivalentes de petróleo de consumo de energia no mundo. É muita coisa. Para se ter uma ideia, o Brasil deve estar numa faixa de 0,3 desse valor.

Existem dois grandes movimentos na matriz energética desde meados do século XIX. Primeiro, o carvão mineral substituindo a lenha, uma primeira grande transição. A segunda transição acontece no início do século XX, com a entrada massiva de um novo combustível, que era o petróleo, trazendo junto com ele o gás associado. O petróleo toma o lugar da lenha tradicional e do carvão, que fica relegado praticamente ao sistema de produção de energia elétrica.

O que temos para o futuro? O futuro, como todos sabem, a Deus pertence. Mas nós, principalmente aqueles que trabalharam e militaram em centros de investigação, como é o meu caso — trabalhei 18 anos no Centro de Pesquisa de



ELETROBRAS antes de voltar para a iniciativa privada —, temos visões sobre cenários para o futuro.

Um cenário muito badalado durante muitos anos foi o da Shell. A comunidade internacional está sempre se colocando em cima dele. Ele guarda uma perversidade com relação a principalmente uma aposta muito grande nas fontes renováveis e uma aposta muito forte numa estabilização do consumo mundial de energia em 15 giga TEP, 15 bilhões de Toneladas Equivalentes de Petróleo. Hoje estamos por volta de 12,5. O que está por trás disso? Uma aposta muito forte numa substituição massiva dos fósseis pelas renováveis e também algo que passa despercebido.

Este é o mesmo cenário da Shell, com a estabilização por volta de 2030, depois uma queda.

Aqui temos verdadeiros cenários feitos por um grupo de especialistas, que é o World Energy Council, com quatro cenários possíveis. Nenhum deles aponta para essa estabilização que a Shell aponta. Nenhum deles aposta nessa massiva penetração de fontes renováveis em substituição aos fósseis, mesmo porque elas não têm essa característica nem têm esse potencial todo.

Aqui, mais um cenário em que eu pessoalmente acredito mais, que é o da Agência Internacional de Energia. É coincidente com o cenário menos intenso de energia do World Energy Council, que é o cenário verde. Ele não se atreve a chegar a 2100, como o pessoal da Shell se atreveu, ele só vai até 2050. Nós chegaríamos, em 2050, a alguma coisa próxima de 20 bilhões de toneladas equivalentes de petróleo.

Aqui, o mesmo cenário apontando as emissões hoje. Antes mesmo da escassez de energia, as emissões de carbono se apresentavam como obstáculo mais imediato ao desenvolvimento da sociedade humana e ao desenvolvimento dos países mais pobres.

Aqui, o mesmo cenário da Shell, agora numa outra lógica, que é a lógica da energia *per capita*, por habitante. Quando olhamos aqueles números, a lógica aponta não somente para uma estabilização, mas também para um número de média mundial em torno de 1,9 tonelada equivalente de petróleo por habitante/ano. Quer dizer, cada um de nós teríamos 1,9 tonelada equivalente de petróleo por ano



para utilizar em todas as nossas atividades, inclusive para bancar toda a indústria de processamento em torno de nós.

Este aqui é o que eu considero o cenário preocupante. Nós estamos olhando em 2005, mas estamos em 2007 e já chegamos hoje, em 2011, a 7 bilhões de seres humanos. Temos países muito pequenos que se dão ao luxo de congelar dunas para fazer *resorts* para se esquiar, como, por exemplo, Kuwait, Bahrein, Qatar. Aqui, países como Canadá, Estados Unidos e outros. Estou citando só países com mais de 10 milhões de habitantes. Aqui, países como a Austrália, um país muito grande mas não muito povoado, a Suécia, a Rússia, a Coreia, a França, a Alemanha e o Japão. Aqui temos alguns países intermediários, em que deveríamos estar nos mirando, como Reino Unido, Espanha, Itália, com três a quatro toneladas equivalentes de petróleo por habitante. E aqui toda a América do Sul. O Brasil tem 1,1 tonelada equivalente de petróleo por habitante. A China está com 1,3 e a Venezuela está um pouco fora do padrão da América do Sul.

Essa média mundial de 1,9 carrega em si uma pergunta: três quartos da humanidade está debaixo disso aqui. Esse um quarto vai diminuir o consumo para que todos nós fiquemos na média ou nós ficaremos aqui embaixo e eles lá em cima? Por quanto tempo?

Isso não teria nenhum problema se não houvesse uma correlação fortíssima entre riqueza e uso de energia. Então, abdicar de usar energia elétrica é abdicar de riqueza, é abdicar de desenvolvimento.

É muito preocupante vermos a academia falando: *“O Brasil tem que se preocupar com a eficiência energética. É muito mais importante do que desenvolver sistemas energéticos no Brasil, porque os sistemas energéticos interferem nos ecossistemas, interferem no meio ambiente”*.

A eficiência energética é um receituário. Como, se nós estamos em um nível de consumo *per capita* infinitamente menor que os países que chegaram a um desenvolvimento, a um nível intermediário, quando temos tanto por fazer?

É importante a eficiência energética? É importante, porque desperdiçar não é algo razoável, é algo até imoral. Mas não é a eficiência energética a solução para os problemas do Brasil. O País tem que desenvolver o parque de geração para poder fazer face à necessidade de desenvolvimento da nossa sociedade. E esse é o



grande problema de se encarar a eficiência energética como solução para todos os nossos problemas.

Então, há uma grande correlação. Alguém pode dizer que existem países que, para um mesmo nível de energia, conseguem produzir riquezas de modo diferenciado. Claro, assim como existem países que, para um mesmo nível de riqueza, utilizam níveis disparatados de energia. Isso é uma escala logarítmica, o que significa que cada distância desta aqui é uma distância de dez vezes. É a única maneira de colocar os países juntos, mas não elimina o fato de que existe uma correlação de potência entre riqueza e energia e, por consequência, de emissões, já que a matriz energética mundial é baseada em fóssil.

Então, se você quiser se desenvolver no padrão de tecnologia que a humanidade tem hoje, você tem, necessariamente, que fazer uso de fontes fósseis — há aqueles que não têm o privilégio de ter tantas renováveis como nós — e também tem que desenvolver o parque de geração, para poder utilizar as transformações de matéria e energia, o que, na verdade, significa produção de riqueza.

Aqui há alguns indicadores para vocês analisarem. Escolhi alguns países com mais de 30 milhões de habitantes, os BRICs, que são importantes, e a América do Sul. Vamos passar bem rápido, porque, no meu tempo, já estou quase lá.

Aqui se vê, em ordem, o país que tem a maior quantidade em toneladas de CO<sub>2</sub>. O que significa tonelada de CO<sub>2</sub> por tonelada equivalente de petróleo? O quão suja é a sua matriz, o quanto é limite por unidade de energia. O Brasil está aqui embaixo, é um País que tem 1,5 tonelada de CO<sub>2</sub> para cada tonelada de energia equivalente de petróleo, quando o mundo está batendo 2,37. Quer dizer, é quase uma relação de 40% a menos.

Dos BRICs, a China está, disparadamente, com uma matriz muito suja. Depois nós temos os Estados Unidos, que às vezes vêm aqui nos ensinar como produzir energia, e, na verdade, eles deveriam aprender a produzir energia como o Brasil. Aqui está a Argentina, que tem população também maior.

Tirando os outros países, mantenho o Brasil e os BRICs e coloco os países da América do Sul, que tem um indicador de 1,87. Ela está bem diferente do mundo, em um padrão muito mais limpo do que o resto do planeta.



Outro indicador importante: não mais a quantidade de energia por habitante, mas a quantidade de toneladas de CO<sub>2</sub> por habitante, o quanto cada um de vocês, como representante da sociedade brasileira, emite. Em números de 2005, o Brasil registra 1,8; a Índia tem um número menor porque tem uma população muito grande; o número mundial é 4,22. Quer dizer, nós estamos bem abaixo, em quase um terço, entre duas e três vezes menos que o padrão mundial. O grande campeão, em termos de emissões, como não poderia deixar de ser, são os Estados Unidos, o país que mais consome energia. Obviamente, a fonte fóssil dominante é a que mais emite por habitante.

Aqui está a América do Sul, com todos os seus países, com um padrão de 2,15, metade do padrão mundial. Cada habitante da América do Sul emite metade do que seria a média mundial, que está sendo muito influenciada pela Índia, que tem uma população muito grande.

Outro indicador que considero muito importante para países como o Brasil analisarem quando falarmos sobre produção de riqueza é o quanto se emite por unidade de PIB. Aqui está por poder de paridade de compra, uma maneira de trabalhar melhor esse indicador.

O Brasil emite 0,24kg de CO<sub>2</sub> para cada dólar de riqueza gerado. A média mundial é de 0,5kg. Quer dizer, cada dólar que no mundo é produzido de riqueza necessita de duas vezes mais emissões que o Brasil. Então, o Brasil, na verdade, é grande credor em termos de emissões, do ponto de vista energético, em relação ao mundo. O campeão é a Rússia, que tem uma produção de riqueza muito forte, atrelada à indústria pesada e baseada em fósseis.

Olhando para a América do Sul, o número chega a 0,29kg, 40% abaixo. Aqui se produz mais riqueza com menos carbono. O mesmo dólar que é produzido aqui, em termos de PIB, utiliza 40% menos de carbono do que a média mundial. Se compararmos com os Estados Unidos, então, chega a ser a metade.

Há aqui um indicador não tão importante para quem não trabalha com eletricidade, mas importante para se ver o grau de sofisticação que se tem na matriz. A eletricidade, de longe, não é uma energia primária. Energia primária é aquela da qual você se apropria diretamente da natureza. Energia primária é hidráulica,



carvão, gás natural, biomassa. Então, o que você tira da natureza é energia primária.

Eletricidade é uma forma de manifestação da energia, e, neste caso, ela mostra a qualidade com que você usa essa energia. O Brasil tem uma qualidade enorme, porque ele está com um índice de 15,4% de eletricidade na sua matriz, enquanto em outros países a média mundial está em 12,6%. A América do Sul obedece ao mesmo padrão, muito por conta da disponibilidade de recursos renováveis nessa região.

Rapidamente, há aqui uma caracterização das reservas. Nós estamos falando de 12 países, 3 territórios, 18 milhões de quilômetros quadrados, uma região do planeta bem definida. Aqui temos os países; vamos retirar os territórios e os países muito pequenos. Vamos ficar com os dez principais países em termos de população, em termos de peso na ocupação do espaço.

Vamos caracterizar um pouco o potencial energético. Há um número de 2005. Não vou entrar em detalhes, porque tenho pouquíssimo tempo. Vou mostrar o número de 2008. Estamos comparando a população, o PIB, o PIB por poder de paridade de compra, a energia produzida e a importação líquida. É uma região exportadora de energia. Essa região exporta energia muito em função do nível de pobreza — copo meio cheio, copo meio vazio. O nível de desenvolvimento dessa região é baixo em relação ao planeta. Então, existem excedentes de energia, e esses excedentes são exportados.

Quanto à vocação energética em termos de importadoras e exportadoras, em números de 2005, claramente vemos a produção e o consumo. A Venezuela é o gigante exportador; o Brasil e o Chile são os grandes importadores.

Em termos de potencial energético, nós já temos aproximadamente 25% de potencial hidrelétrico desenvolvido. É um potencial enorme o que essa região tem, principalmente Brasil, Colômbia, Venezuela e Peru. Principalmente a Colômbia, o Peru e a Venezuela têm populações em que os padrões de consumo os colocam como exportadores típicos de energia elétrica para o Brasil, um País que tem dificuldades para explorar esse potencial enorme que tem.

Há o potencial eólico, que é muito pouco analisado nos outros países. No Brasil avançamos muito, e me orgulho de, na época, ter produzido o primeiro Atlas



Eólico Brasileiro, quando eu trabalhava para o setor estatal. A primeira estimativa foi de 140GW de capacidade, e hoje há uma estimativa de turbinas a 100 metros de 300GW. Então, há um potencial enorme a ser desenvolvido.

Em termos de reservas de gás natural convencionais — não estou falando aqui do gás natural dos Estados Unidos, que está sendo hoje a grande novidade —, sempre se colocou o gás natural, o gás do xisto, o *shale gas*, como sendo o combustível de transição para um futuro que não conhecemos. Alguns acreditam que o futuro é renovável, outros, que o futuro ainda não está delineado e que o gás natural seria o tempo que teríamos para esse desenvolvimento tecnológico que nos permitisse alcançar, por exemplo, tecnologias como a fusão nuclear, o uso de supercondutividade e coisas do gênero.

Eu nunca acreditei que o gás natural fosse um combustível de transição, mas, com a revolução das tecnologias modernas que permitiram aproveitar o gás das reservas de xisto, o *tight gas* e outros gases não convencionais, estou começando a acreditar que realmente o gás natural pode ser uma ponte para um novo futuro.

Aqui está o gás natural em reservas convencionais, já que essa região tem muito pouca exploração de reservas não convencionais, com um potencial de 250 trilhões de TCFs. TCF é uma unidade típica: trilhões de pés cúbicos — *cubic feet*.

Aqui estão as reservas de petróleo. São 102 bilhões de barris nessa região. O Brasil tem a possibilidade de aumentar isso com o pré-sal, saindo de 12 para 45, o que é um salto muito grande, mas não chega à Venezuela. E o mais interessante é o carvão recuperável. Nós temos 20 bilhões de toneladas nessa região.

O carvão é, de longe, o combustível mais democraticamente distribuído, embora tenhamos um problema muito sério no seu uso, pela quantidade de emissões por energia produzida. Mas o mais interessante, e eu não quis colocar aqui, é um exercício que fiz sobre esse montante de disponibilidade energética regional, dividido pela população de 390 milhões de habitantes dessa região, com uma projeção de estabilidade, segundo as Nações Unidas, em 500 milhões de habitantes em 2030, quando o Brasil terá 230 milhões habitantes, quase a metade do total. Essas reservas todas que estão aqui provadas não nos tiram daquela situação de uma região que tem cerca de 2 toneladas equivalentes de petróleo por habitante.





Nós não temos tanta energia, hoje, suficiente para, com homogeneidade, desenvolver essa região como um todo. Então, temos um desafio muito grande pela frente de encontrar novas reservas, novas fontes de energia. Não pensem que aquelas quantidades enormes de energia que estão ali são suficientes para atender 500 milhões de habitantes em um mundo estabilizado, com os padrões de consumo, por exemplo, de países intermediários, como Espanha, Grã-Bretanha e Itália. Não estou falando nem de Estados Unidos e Canadá. Estou imaginando que possamos chegar, em 2030, a ter uma sociedade no padrão que existe hoje naqueles países que citei.

Aqui estão os desafios, que são muitos. Cada um destes daria um dia de seminário.

Existem matrizes elétricas e matrizes energéticas diferenciadas — cada país tem uma característica — e padrões de consumo diferentes. Eles têm, cada um deles, estratégias de despacho de energia elétrica bem definidas, cada um com sua lógica. Os modelos regulatórios têm diferenças, embora elas possam ser compatibilizadas. Por exemplo, no Peru, onde trabalhamos, a potência é algo valorizado, já que eles não têm um sistema de acumulação tão forte como o Brasil. O Brasil não cobra pela potência, o gerador não recebe por potência.

Nível de segurança institucional. Isso é muito importante.

Mecanismos de formação de preços e tarifas são diferentes. Existem subsídios cruzados. O Brasil é campeão nisso. No Brasil existem 12 encargos setoriais aplicados em geração, transmissão e distribuição. Existe um mecanismo de arrecadação do Estado sobre a energia, não só em encargos setoriais para políticas públicas, mas também na tributação, e ela incide em cascata. É muito difícil conciliar isso. Alguns países não têm isso; a maioria não tem.

Relações de participação estatal e privada. Alguns países utilizam o setor basicamente como um braço estatal.

Fontes de financiamento.

Níveis de maturidade da infraestrutura. Como se vai interligar um país para fornecer energia para outro se não se atendeu nem às necessidades do próprio país, não se tem nem estabilidade dentro do próprio país para se fazer uma interligação?



Níveis de universalização dos serviços. O Brasil começou, em 2001, um programa de eletrificação rural que atende hoje 14 milhões de habitantes. Estive em Angola falando sobre a experiência brasileira em eletrificação rural. Tive o prazer de participar do primeiro programa, de começar esse processo.

Catorze milhões é a população de Angola. O Brasil, em 10 anos, independentemente de política partidária, de Governo, de quantos Governos houve, de quem fez, de quem não fez, de quem começou, de quem terminou, fez 14 milhões de pessoas terem energia elétrica — em 10 anos, repito. Foram três Governos. E essa é a população de Angola. Em Angola não há energia elétrica nem para a metade da população. Isso só Roosevelt fez.

O Programa Luz no Campo e o Programa Luz para Todos são algo impressionante no âmbito mundial. É uma experiência brasileira que esses países precisam. Porque nós temos a universalização, e muitos deles não. Então, é muito difícil ir buscar energia, por exemplo, no Peru, se no Peru não há uma universalização completa. E há energia elétrica no Peru para atender às necessidades da sociedade peruana em um padrão de nível elevadíssimo e para exportar para o Brasil com grandes vantagens para eles. Talvez a melhor abordagem não fosse chamar as hidrelétricas peruanas de binacionais, porque elas estão em território peruano. Então, elas são hidrelétricas peruanas, com capital de empresas brasileiras e peruanas, com contratos estabelecidos para a venda de energia ao Brasil. Elas não são binacionais. Elas não estão em um rio que corta os dois países. Então, tem que haver um cuidado na abordagem com os outros países.

O processo de licenciamento ambiental é muito difícil aqui e mais fácil em outros países.

Essa região do planeta teve um desenvolvimento tardio. Era muito mais fácil fazer um sistema energético há 50 anos do que hoje. Porque hoje tem-se que negociar, existe código ambiental, população indígena, populações locais que têm que ser respeitadas e têm que ser ouvidas. No passado, passava-se por cima disso e se fazia, mesmo porque não havia a ocupação do planeta que existe hoje.

Nós começamos mais tarde, então temos que enfrentar problemas que os países do hemisfério norte não enfrentaram.



Em nenhum lugar do mundo existe esse tratamento que é dado, que nós fazemos em termos de respeito às populações e também em respeito a essas áreas de preservação e à interferência com esses ecossistemas frágeis.

Aqui, rapidamente, o último *slide*, só para resolver alguns quebra-cabeças.

Tudo aquilo que está ali pode ser trabalhado. Podem-se criar acordos internacionais para isso. Mas como conciliar algumas coisas?

Aqui há uma tentativa de responder algumas perguntas. Como se concilia volatilidade de preços com investimentos em fontes renováveis e não renováveis, se se está o tempo todo mudando isso?

A primeira coisa é a redução de tributos sobre investimento em infraestrutura. No Brasil, principalmente, e em alguns outros países, como a Colômbia, enterra-se imposto junto com a fundação de uma hidrelétrica. Isso nunca mais vai ser visto. Vai para a formação de preços, vai para a vida inteira.

Então, não se deve tributar infraestrutura na saída. É preciso tentar desonerá-la o máximo possível. Deve-se onerar a energia, a produção, mas não a infraestrutura.

E a parte de financiamentos de bancos oficiais e incentivos a autoprodutores, que é uma experiência brasileira. Porque nos países de desenvolvimento mais antigos não havia problema. Havia uma necessidade de energia, produzia-se, interferia-se e fazia-se. Hoje, não. Cada energia que se coloca, cada hidrelétrica, cada termelétrica é um trabalho gigantesco. Os senhores não têm ideia da confusão que é para se construir e colocar para funcionar uma usina como Santo Antônio, no Rio Madeira. Todo dia há problema. É coisa para Hércules.

Então, tem-se que dar, pelo menos para as grandes indústrias, a possibilidade de elas resolverem o problema delas. E elas querem resolvê-los.

A autoprodução é uma experiência brasileira muito bem-sucedida que deveria ser incentivada em outros países.

Que modelo e tipo de regulação permitiria um desenvolvimento mais rápido à integração energética? Isso é fácil. Aqueles que preservem os investimentos privados, o que significa o menor nível possível de interferência do Estado.



Regular tarifas ou tabelar tarifas é o caminho mais rápido para o racionamento. Se se quiser levar um país para o racionamento é só tirar-se a lógica econômica. Certa ou errada, a lógica econômica deve prevalecer.

Outra coisa é um marco regulatório claro. Ele tem ser claro, estável, com toda a segurança institucional, e, principalmente, com respeito aos contratos.

Se um país respeita os contratos que são assinados, todo o resto se torna secundário. A regulamentação é ajustada, consegue-se trabalhar em um mecanismo de cooperação em acordos que são bem desenhados.

Então, diria que todas essas barreiras estariam, todas elas, sintetizadas nessa assertiva que está aqui: marco regulatório claro, estável, com segurança institucional e respeito aos contratos. Se isso acontecer, com certeza, todo aquele leque de dificuldades colocado ali fica em plano secundário.

A integração é racional, a despeito da questão de segurança nacional. Se se trazer as Forças Armadas para a discussão, elas vão ter uma visão: *“Olha, energia é um aspecto de segurança nacional”*. E têm toda a razão. Agora, essa integração também permite a otimização de recursos. É preciso sempre deixar sobrecapacidades instaladas que não precisam ficar no seu país. Pode-se trocar essas sobrecapacidades com outros países, o que significa investir menos.

Existe o racional econômico no aproveitamento das sobrecapacidades, nas trocas de energia entre países. Brasil, Argentina e Uruguai têm trocado alguma coisa, mas são volumes muito pequenos, em função dos problemas que nós temos.

O Brasil tem um mercado imenso a ser desenvolvido. Nós vamos precisar, sim, trocar energia com alguns países vizinhos. E eles têm no Brasil um mercado potencial para a quantidade de energia excedente que eles têm. Porém é imperativo tornar compatível esses códigos regulatórios, sob leis específicas, para garantir a segurança dos investimentos que vão vir pela frente.

Agradeço a atenção dos senhores. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Roberto Requião) - A função básica do moderador de uma Comissão é moderar, não é falar. Mas eu tenho que fazer duas observações, em cima da minha experiência como Governador de Estado.

Quando eu assumi o Governo de Estado, o Paraná tinha um contrato com uma usina de gás de araucária feito com um grupo norte-americano. Custava uma



verdadeira fortuna e produzia muito pouco. Eu questionei a situação. A multa era de 5 bilhões e meio de reais, o que quebraria a Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Eu fui ao confronto. Em um almoço no Palácio, os empresários disseram que eu ia ser literalmente liquidado pela força das empresas e pelos contratos estabelecidos. Fui ao Tribunal Arbitral de Paris. E o fim dessa novela acabou assim: em vez dos 5 bilhões e meio de reais, eu comprei a usina construída por 450 milhões de dólares.

Ainda sobre os contratos, eu encontrei alguns contratos de compra de energia elétrica da COPEL com a Argentina. Contratos maravilhosos, que deveriam ser honrados, para garantir a estabilidade jurídica. Se eu não me engano, eram 178 reais o megawatt. E essas empresas mal tinham energia para fornecer ao Brasil. Comprovam no mercado *spot* brasileiro, na época, a 9, 10 reais o megawatt e punham à disposição do Brasil. E nós pagávamos 178 reais.

Mandamos os contratos também para o espaço, salvamos a COPEL, que hoje, seguramente, é a empresa energética pública mais segura e rentável do País.

Então, quero, como representante do Paraná no Senado Federal e como Senador da República relativizar essa segurança jurídica, quando prejudica os interesses do País.

Aprendi, na faculdade de Direito, uma regra que não esqueci até hoje: não existe garantia quando o interesse público é violado.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Boa tarde ao Senador Roberto Requião, moderador deste debate, e a todos e a todas.

Quero agradecer o convite que me foi feito, através do nosso ex-companheiro de Câmara, o Salomão. Quando ele me convidou, eu disse a ele que eu não tinha como falar sobre questão energética, porque eu sou um militante político da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Parlamento do MERCOSUL. E todo o debate que eu tenho feito é sobre a questão política, principalmente no MERCOSUL, e algumas questões da América do Sul.

O máximo que eu poderia fazer seria uma breve intervenção sobre esses temas políticos, em relação à questão da integração.



Eu vou abordar o assunto por esse caminho e de uma maneira bastante breve.

Ano passado, tivemos um debate, no Estado do Paraná, sobre a questão do desenvolvimento do nosso Brasil, do nosso País. Um dos debatedores era o Marcio Pochmann, que levantou um tema — isso no início de 2010 — sobre a crise econômica. Naquele momento, ele disse — e eu concordo, por isso estou aqui repetindo — que não era uma crise econômica que tínhamos que debater, não era uma crise econômica que tínhamos que resolver, mas sim uma crise de modelo de desenvolvimento. E todo o debate energético ou qualquer outro debate é sobre o modelo de desenvolvimento adotado: quem vai investir, investir para quem e para quê. Isso é premente hoje, quando vemos todo o processo e todo o debate de integração na América do Sul.

Se há um modelo de desenvolvimento adotado no mundo, principalmente esse modelo que ficou nos últimos 20, 30 anos do século passado e que começou a ser muito questionado e levou à crise na primeira década desse século e que continua ainda na Europa, é um modelo de desenvolvimento em que o Estado assumia um determinado papel.

A América Sul sofre a crise? Sofre, não na profundidade da União Europeia, porém com uma mudança de rumo, de modelo, embora não na profundidade que muitos desejamos. Eu mesmo sou um que desejaria uma maior profundidade. Mas nós podemos demonstrar que, se há uma crise hoje, esse modelo de desenvolvimento colocado do Estado mínimo, da renda concentrada na mão de poucos e com uma crescente exclusão da população, é um modelo de desenvolvimento que não nos serve.

Se eu quero qualquer tipo de integração da América, essa integração passa pela integração energética, e eu tenho que refutar esse modelo, porque eu não posso trabalhar com um modelo de exclusão.

As respostas têm sido dadas através do Brasil. No momento em que começou a haver uma mudança na política de relações exteriores, o Presidente Lula ampliou o mercado interno com distribuição de renda. Depois que ampliou o mercado interno com distribuição de renda, passou-se a ter um modelo de desenvolvimento, se não totalmente inclusivo, pelo menos com alguma inclusão.



Na exposição feita pelo Vinicius, quando ele se refere ao Luz para Todos, que cita como um programa, é um programa de inclusão social que mitiga todos os danos do crescimento econômico, que pode ser, às vezes, espoliativo. Essa é uma questão importante na integração.

Outro problema político que vejo na integração e que passa também pela questão energética é a infraestrutura. No mesmo modelo de desenvolvimento que eu citei anteriormente, que era um modelo do Estado mínimo e que, principalmente na América, era de total dependência, nós não investimos em infraestrutura.

Hoje, não só o Brasil, mas a América do Sul é de uma carência profunda de infraestrutura, em todas as áreas. E o nosso Brasil só será um País considerado desenvolvido se superar essa barreira. Não é uma barreira fácil, não é um problema de conjuntura, é um problema estrutural do Brasil e da América. Por ser um problema estrutural, a resposta dele é mais lenta, mas é necessária e tem que ser dada num curto espaço de tempo, caso contrário o Brasil não será incluído como país desenvolvido, e a América do Sul, conseqüentemente, não será integrada. E o processo de integração energética passa por isso.

Além da infraestrutura da geração de energia e da infraestrutura de distribuição serem um problema, a superação desses problemas com a distribuição e com a inclusão passa por superar esse problema. Quer dizer, ele é paralelo, é um problema que tem que ser superado. E, ao mesmo tempo em que ele é superado, ajuda a superar problemas de outros setores da sociedade. Hoje eu vejo essa como uma situação bastante grave e que necessita de solução bastante rápida.

Um terceiro ponto que também não deixa de ser um reflexo do próprio modelo é a questão da educação. Como eu vou integrar um país ou um continente, seja na área energética, seja em qualquer outra área, com o modelo de educação que nós vivenciamos até muito recentemente? E esse é um problema que também não é conjuntural, mas estrutural.

Qual era a capacidade de formação na área de ciência, tecnologia e todas as áreas de formação do nosso País ou da América do Sul? Não havia nenhum desenvolvimento nesse setor ou havia muito pouco. Basta lembrar que, por decreto, em 1998, o Fernando Henrique Cardoso proibiu a abertura de escolas técnicas no Brasil. Então, que modelo é esse no qual se proíbe um processo de educação? Isso



já tinha sido feito pelo Francia, no século XIX, no Paraguai, quando proibiu a abertura das escolas. É um atraso quando se proíbe abertura de escolas, sejam técnicas, sejam outras. Mas isso ocorreu no Brasil, por decreto.

Hoje nós buscamos o desenvolvimento seja energético, seja em que área for, mas nós não temos profissionais qualificados, na quantidade e na qualidade que nós queremos. Não existem. É um problema hoje a ser superado e que fazia parte de um modelo de desenvolvimento em que estávamos colocados.

Na América do Sul, quando eu vou debater a questão energética, necessito da integração dela? Necessito. Agora eu não vou ter integração energética se eu não a tiver em outros setores. Eu não posso integrar uma área, se eu não tiver uma integração em várias políticas. E nós temos barreiras hoje importantes. E todas elas serão superadas, dependendo muito da vontade política.

Uma barreira é a geográfica. Nós temos uma barreira geográfica pelas características de relevo e assim por diante, cuja superação é muito cara, vamos dizer. É preciso muito investimento para eu superar muitas dessas barreiras para que haja integração.

Vou só listá-las. Não vou comentar cada uma delas.

A outra barreira é histórica. Desde o período das colônias, quando havia as disputas, e depois da independência, cada um foi buscar o seu modelo de dependência dos grandes centros, mas de costas um para o outro. Então também não é uma facilidade.

Uma terceira barreira é a assimetria. E quando eu digo assimetria não é só a assimetria econômica e social, pode ser considerada também a assimetria geológica. Na hora em que se mostrou aqui quem tem energia, onde existe, mostrou-se uma assimetria dentro da América do Sul e uma assimetria na distribuição, às vezes, dentro dos Estados nacionais. Na hora em que se mostra a capacidade da Venezuela e se compara com a capacidade do Uruguai, a do Uruguai é quase que zero. Vimos isso na hora em que o Vinicius mostrou as reservas.

Para eu buscar a superação dos problemas, eu tenho que buscar a superação dessas assimetrias. Se eu não tiver a superação dessas assimetrias, eu não consigo uma integração completa da América.





Aí vem a pergunta: nessa questão política, para fazer esse tipo de superação, se eu tenho um exemplo como a União Europeia — e eu vi como era, como se comportou e como se comporta até hoje a Alemanha, e ela busca a superação — e comparo com a América Sul, vemos que nós não temos nenhuma grande economia como temos na Europa. A maior economia aqui é a brasileira. Aí temos um problema bastante sério. Não sei se o Senador Requião vive isso no Senado, mas nós vivemos isso na Câmara: quando falamos em política externa dentro do Parlamento ou falamos de política externa para fora, a primeira coisa que se diz é: *“Rosinha, isso não convém fazer, porque isso não dá voto. Como é que você vai fazer política externa?”*

Então, não há uma cultura no Brasil no sentido de enxergar que o processo de integração, seja em que área for, é um processo político, no qual instituições como o Parlamento têm papel importante. E muitas vezes não há a cultura sequer de que o Poder Executivo possa fazer isso.

Agora uma economia como a nossa — que é riquíssima, se eu a comparar com a do Paraguai, mas, se a comparar com a da Alemanha, nós somos pobres —, uma economia do nosso porte é que tem que ser a máquina, o protagonista do avanço na integração.

Na hora em que eu vou discutir qualquer processo, como a questão energética... Vou dar um exemplo. Quando Itaipu aumentou o repasse pela energia concedida, matéria da qual fui o Relator, só eu sei a qualidade dos *e-mails* e das mensagens que eu recebia.

Ou eu tenho a visão de que a integração passa por um processo em que o protagonista se chama Brasil, para fazer toda a integração política e energética e de toda a infraestrutura e superar essas barreiras de que eu falei e outras mais, para o que se necessita de aporte financeiro... E isso passa pelo Brasil.

E também passa pelas empresas brasileiras — aqui nós estamos falando do sindicato. As empresas brasileiras não têm uma visão de integração. A visão delas, pelo que eu leio, é uma visão de curto prazo. *“Eu faço para ter o retorno a curto prazo. Eu não tenho um retorno mais a longo prazo”*. E em um processo de integração, com todas as assimetrias econômicas e sociais, eu não tenho como sonhar com um retorno para amanhã. É lógico que, se é uma empresa capitalista, e



todas são, ela vai fazer o investimento para ter retorno. Só que o retorno é desejado para amanhã.

Então, eu tenho que fazer um debate, buscar um processo de integração no qual vou ter um retorno — não posso deixar de ter —, mas dentro de um modelo em que o retorno seja mais logo e dentro de um modelo de inclusão. Eu não posso partir para um processo de construção de infraestrutura para fazer exclusão. Isso foi dito aqui pelo Vinicius. Antes havia índios, agora também há, só que hoje eles falam mais do que falavam antes. Eu tenho que ter esse reconhecimento e esse respeito, porque o processo de cidadania é construído lentamente, mas ele nunca é um processo de volta, é sempre de ir adiante. E, nesse processo de ir adiante, eu tenho que fazer a integração.

Eu concluo dizendo o seguinte: nesses processos todos de integração há um aliado. Eu não peguei os dados deste ano. Pelos dados do Latinobarómetro do ano passado, 70% dos povos da América do Sul querem a integração. Quer dizer, há um reconhecimento e uma solicitação de integração. E essa integração não tem como não ocorrer.

Enquanto a União Europeia derrubou muros, como o Muro de Berlim, para fazer sua integração, os Estados Unidos constroem muro com os Estados Unidos e não querem a integração, o NAFTA.

O Brasil faz fronteira com praticamente todos os Estados; não faz com Chile e Equador, mas com os demais temos fronteira geográfica, e fronteira seca. Não há como não trabalharmos com a integração. Não há como eu virar uma ilha de desenvolvimento isolado. O aspecto geográfico, que muitas vezes é uma barreira que exige superações de infraestrutura, é hoje o que contribui para que haja a integração. Mesmo porque não há como nós fazermos do nosso País, como eu disse, uma ilha. Se eu desenvolvo o Brasil, e outro país ao lado não está desenvolvido, os problemas sociais do país ao lado serão os nossos problemas sociais na fronteira, na migração, na geração de emprego, todos eles.

Então, eu vejo que para vencer todas as barreiras levantadas é preciso ter vontade do Estado. E, como nós estamos falando aqui, a integração na questão energética depende do setor empresarial e da vontade de empresários.



Era o que eu tinha a dizer. Talvez eu não tenha contribuído com quase nada ou com muito pouco.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Roberto Requião) - Vou continuar transgredindo aqui a função do moderador.

Quem quer ser universal canta a sua aldeia. Neste seminário, eu tenho que cantar um pouco o meu Paraná.

Quando assumi o Governo do Paraná, o Presidente Fernando Henrique já tinha feito a privatização do setor energético. Empresas privadas no Brasil inteiro existiam. Empresas públicas haviam sido privatizadas. A anarquia era total. As geradoras cobravam preços absurdos das transmissoras, que multiplicavam isso nas distribuidoras. Então, nós tínhamos uma incompatibilidade nacional de preços de energia.

No meu Estado era diferente. O Paraná é o maior produtor de energia hidráulica do Brasil. Não sei bem qual é o percentual, mas é muito alto. E a nossa energia era o que os especialistas chamavam de energia velha, ou seja, eram usinas construídas com dinheiro público e amortizadas. O nosso custo era baixíssimo.

A minha primeira proposta de governo se suportava num projeto fantástico de desenvolvimento, reduzindo o custo da energia para os paranaenses. Mas o Governo teria de observar o princípio do *pacta sunt servanda*. Já que tinha privatizado, teria de honrar os contratos e suportar a ganância, o desespero por lucro de alguns setores privatizados. A Dilma não sabia o que fazer — ela era Ministra.

No Governo do Lula surgiu esse fundo de compensação. O Paraná, em vez de vender energia barata para o seu desenvolvimento, gerada por usinas construídas com dinheiro público, teve de vender sua energia para o fundo de compensação. Então, vendemos a energia para o fundo, e o fundo estabeleceu uma média brasileira.

Estou falando sobre isso porque vejo o grito do Espírito Santo e do Rio de Janeiro sobre os *royalties*. Nós fomos ferrados, sacrificados, em silêncio, porque isso iria resolver um problema nacional. A energia baratíssima do Paraná financia a



amortização do custo da energia do Brasil, nesse famoso fundão. Vendemos barato e compramos caro pela distribuidora.

Faço essa referência porque acho que empresa pública e empresa privada fomos nós os homens que criamos. E elas devem ser utilizadas conforme o interesse público em determinado momento. Não tenho nada contra a empresa privada e muito menos contra a empresa pública, mas essa sacralização da estabilidade e da garantia jurídica não funciona. Não existe direito adquirido contra interesse público. Contratos feitos em momentos difíceis da nossa história por governos corruptos, ferindo o interesse da maioria, têm de ser corrigidos.

De resto, podemos trabalhar, a bem do interesse público, com empresas públicas e empresas privadas. Mas o Paraná tem sido ferrado. Os absurdos maiores eu resolvi. Refiro-me ao contrato de energia com a Argentina, resolvido na pressão e na negociação, e ao problema da usina de gás de araucária, a absurda usina de gás. Nesse caso, fomos ao Tribunal Arbitral de Paris, um tribunal feito para ferrar o interesse público em favor de empresas privadas. Mas nós armamos um escândalo de tão grandes proporções que acabamos deixando os 5 bilhões e meio de reais por 450 milhões de reais, valor pelo qual compramos a usina.

Mas só para vocês terem ideia do tamanho das brincadeiras que se fazem no setor energético, eles tinham vendido uma usina retificadora de gás boliviano para que o Paraná pudesse operar a sua usina. Pois muito bem: eu resolvi visitar o mundo, porque conhecia muito pouco do setor, para saber como funcionava. Fui ao Texas. Lá, os grandes usineiros, os grandes geradores de energia me disseram: *“Mas essa usina de vocês nós conhecemos. É uma usina americana. Ela não precisa de processamento algum. Podem fechar essa brincadeira de cento e tantos milhões de dólares e colocar diretamente na usina o gás boliviano”*. Foi o que fizemos.

Então, moderação nessa história do *pacta sunt servanda* e da supervalorização do setor privado nesse processo. Ele é interessante. Acho que do ponto de vista da administração de empreendimentos, em alguns momentos, quando o Estado está completamente desorganizado e desmoralizado, podemos nos valer dele, mas sacralização, não, muito menos num seminário em que eu esteja como moderador.



O plenário está com a palavra para dirigir suas perguntas aos debatedores.

Peço que levantem a mão, utilizem o microfone, se apresentem e façam o seu questionamento. *(Pausa.)*

Salomão, o poderoso organizador do nosso encontro, com a palavra.

**O SR. LUIZ ALFREDO SALOMÃO** - Senador Requião, Deputado Dr. Rosinha, senhores palestrantes, só quero recuperar um pedaço do que aconteceu aqui, pela manhã, para situá-lo em relação à contribuição do PARLASUL e do MERCOSUL.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Roberto Requião) - Se o senhor recuperar a manhã, não anoitece mais.

**O SR. LUIZ ALFREDO SALOMÃO** - *(Riso.)* O que aconteceu de manhã foi o seguinte: foi afirmado que, para que houvesse a estabilidade de marcos regulatórios... Não estamos falando de contratos isoladamente. Acho que V.Exa. tem toda a razão de ter enfrentado interesses mais ou menos poderosos, não importa, para defender o interesse público. Mas, quando estamos falando de marcos regulatórios, estamos falando de regras do jogo. E essas regras têm sido mudadas. Não estou falando de contrato, estou falando de regras. Elas têm sido mudadas em diferentes países.

Então a visão dos palestrantes e conferencistas da manhã é de que precisamos de um tratado energético construído no âmbito da UNASUL, para abrigar todos os países do subcontinente, e que isso permitiria mais estabilidade nas atividades das empresas energéticas, sobretudo as privadas.

Deve-se entender que as empresas estatais que investem em outro Estado são tratadas como empresas privadas: a PETROBRAS, na Venezuela, na Colômbia e tal é uma empresa privada.

Nesse sentido é que eu queria concordar com a ideia de que é preciso ter marcos regulatórios estáveis. Não é garantia de contratos a qualquer preço. Contratos construídos de forma ilegítima não devem ser realmente respeitados. E os marcos regulatórios não favorecem esses tipos de contratos feitos por corruptos, por interesses escusos, ou o que seja.

Mas, apesar de ser uma ideia razoável a que defendeu aqui o Dr. Zaidan, por exemplo, da ELETROBRAS, não me parece simples construir esse tratado no



âmbito da UNASUL, porque os países são muito heterogêneos do ponto de vista político e de seus regimes de exploração desses serviços. Mas, no MERCOSUL, isso parece mais factível. Há um número menor de países, há um maior desenvolvimento nas relações econômicas entre Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela, então me parece que isso seria uma senda mais fácil de percorrer do que fazê-lo na UNASUL. Poderíamos então começar pelo MERCOSUL.

Eu gostaria de ouvir do nosso Presidente da bancada brasileira no PARLASUL e nosso experiente Deputado Dr. Rosinha, também conhecido como Rosinha do PARLASUL, como imagina que esse assunto possa ser encaminhado do âmbito do PARLASUL.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Roberto Requião) - Não sou o palestrante do dia, sou o mero moderador, presidindo a Comissão. E Presidente não fala, preside. Mas eu já transgredi a regra, então vamos continuar com a transgressão.

Tenho muito medo dos marcos regulatórios como tenho pavor das agências reguladoras. Os senhores conhecem a agência chamada ANTT? Ela é dirigida por um diretor-geral. Chama-se Bernardo Figueiredo. Ele que cuida dos contratos e da regulação de todo o sistema de transportes terrestres. Mas foi ele que assinou, como representante do setor privado, a concessão feita no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Ele era o representante do setor privado, depois ele foi Presidente de uma associação de concessionários. E dizem por aí — não quero fazer afirmação para não ser processado, mas os que dizem, dizem por escrito — que ele tinha 12% de quatro empresas privatizadas. De repente, ele se desfez disso, dizem, vendeu para *offshores*. E hoje ele é o Diretor-geral da ANTT, para fiscalizar esse processo.

Agora eu acho absolutamente necessária essa ligação do Brasil com os países do MERCOSUL. Acho importantíssima a participação do setor privado. Mas temos de tomar um cuidado enorme com o abuso. O Deputado Dr. Rosinha deixou clara hoje a posição da representação brasileira no PARLASUL.

O Brasil tem uma desproporção tão grande em Produto Interno Bruto com esses países que nós temos de entender que a nossa participação é fundamental, quer seja no financiamento, quer seja com a participação das nossas empresas. O Paraguai tem um PIB de 14 bilhões de reais, talvez 15 bilhões; o Uruguai tem PIB de



34 bilhões de reais. O meu Estado, o Estado do Paraná, tem um PIB de 234 bilhões de reais, e nós somos um pequeno Estado brasileiro.

Então o compromisso básico dessa organização civilizatória do Mercado Comum do Sul e do PARLASUL é nosso. Nós temos de investir. Mas temos de tomar um cuidado enorme, para que não aconteça no âmbito do PARLASUL, do MERCOSUL, acrescentando a Venezuela, o que tem acontecido no âmbito do Brasil.

Nós ficamos em silêncio, no Paraná, um silêncio que não vejo agora por parte do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, quando nos tomaram uma energia praticamente gratuita de usinas amortizadas, em benefício do País, porque nós temos uma visão nacional. Mas vai ser muito difícil para a Argentina, para o Paraguai, para a Venezuela tolerar um esquema que leve a uma situação parecida com esta.

Mas eu acho fundamental, Salomão, você sabe disso, que consigamos uma integração, uma integração feita com desprendimento. E que o setor privado perceba que a ganância e o exagero estão quebrando o mundo.

A Grécia está sendo instada a não almoçar mais e a não jantar e se contentar com uma sopa rala no café da manhã, para satisfazer os enganos do mercado financeiro: a irresponsabilidade emprestando, a irresponsabilidade tomando emprestado. Não podemos chegar mais a uma situação como essa.

Estou com o Deputado Dr. Rosinha e não abro. Temos de mudar o modelo. Tem de ser um modelo costurado com uma dose soberba de solidariedade e de inteligência, porque o liberalismo econômico é desinteligente.

Não é à toa, sabemos, que o Adam Smith, nosso velho amigo, autor do magnífico livro *A Riqueza das Nações*, o homem da abertura de todos os mercados, morreu como fiscal da alfândega na Escócia.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Só um comentário, Salomão, primeiro, pelo olho da assimetria que eu estava dizendo. Na hora em que observo os quatro países do MERCOSUL, o Brasil tem praticamente 70% do PIB; a Argentina, seus 27%; o Paraguai, 1%; o Uruguai, 2%. Então há uma assimetria enorme nisso.



Essa assimetria econômica se reflete na assimetria também do consumo energético. Se observarmos o parque industrial hoje do Uruguai e do Paraguai, é praticamente ausente.

E há uma diferenciação que o Vinicius mostrou aqui, em vários pontos, como a questão legislativa, os marcos legais. Quer dizer, o que cabe ao Parlamento do MERCOSUL? Acho que, no Parlamento do MERCOSUL, hoje, nós temos dificuldades, porque somos Parlamentares nacionais e Parlamentares do MERCOSUL, designados pelos Congressos respectivos. Acho que vamos ganhar algum poder, alguma capacidade, após eleições diretas. Mas nós temos a obrigação, e isso está escrito no protocolo que constituiu o Parlamento, de representar a sociedade, as pessoas desses países, esses cidadãos, e temos a obrigatoriedade de fazer este tipo de debate que é levantado aqui.

Qual é o marco legal de cada um dos países? Temos de encontrar uma proposta. Os Parlamentares têm de fazer uma proposta de acordo, de tratado, em que essas diferenças sejam as mínimas possíveis. Os marcos têm de ser muito semelhantes ou quase iguais para poder haver integração. Senão, não teremos integração.

Então acho que nós temos o papel político de fazer a defesa, como acabei de fazer aqui, mas, mais do que fazer a defesa, contribuir com propostas. Para isso, temos de nos dedicar o tempo todo a isso, mas hoje estamos nos dois Parlamentos.

E como a nossa integração é urgente, eu sei que ela não vai se dar amanhã, e ela será sempre imperfeita, sempre — não há integração perfeita, ela vai ser sempre incompleta; eu vou querer sempre mais e mais —, então eu acho que esse é um papel cabível, tentando responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Roberto Requião) - Isso aqui é como um casamento, manifestem-se agora ou calem-se para sempre.

Com a palavra o Plenário.

Carlos Monte se identifica como o progenitor felizardo da Marisa Monte. Que ele seja recebido com uma salva de palmas. (*Palmas.*)

**O SR. CARLOS MONTE** - Que comprem o disco. (*Risos.*)

Eu estava pensando nisso que se está falando aqui e, reconhecendo que os marcos regulatórios apresentam diferenças que, em muitos casos, são tradições





nacionais e, em outros casos, são motivadas pelo sistema de produção que se criou, acredito que o tratado ou o tipo de documento que deve proteger a integração vai ter que incluir algum tipo de mecanismo de compensação.

Ou seja, o que mobiliza, motiva o processo de integração é um sistema de solidariedade. Como esse sistema de solidariedade entre coisas diferentes não vai ser possível fazer sem algum tipo de moderação entre elas, eu acredito que se tenha de constituir algo semelhante a uma câmara de compensação de resultados, pelos quais, de alguma forma, se transferem certos ônus e certas virtudes entre os países.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Roberto Requião) - Mas não parecida com essa que ferrou o Paraná, não é? (*Risos.*)

**O SR. CARLOS MONTE** - Não, claro que não. Imagino algo que seja justo. E acho que, para isso, os Parlamentares do MERCOSUL terão que trabalhar em conjunto para tentar encontrar essa forma para criar esse tipo de coisa. Não transferir de um para outro, mas, sim, fazer algum tipo de sistema que verifique a importância das circunstância em que as diferenças se apresentam. Não sei como fazer isso, estou apenas levantando a ideia.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Roberto Requião) - É um desafio.

O plenário da retaguarda está num silêncio ensurdecedor.

Nome e a indagação.

**O SR. RICARDO** - Ricardo (*ininteligível*), do Ministério das Minas e Energia.

Foi oportuno o Dr. Salomão ter comentado sobre a discussão da manhã sobre tratados. Apenas trago para a tarde a manifestação que fiz pela manhã de que, assim como aqueles empreendimentos da Argentina, via conversora de Garabi e também suprimento de gás, a Usina de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, assim como eles ruíram, aqueles contratos todos ruíram, por conta das dificuldades energéticas da Argentina, também a questão boliviana, que afetou o país, teve problemas no suprimento da Usina Mário Covas, lá, usina a gás. Restou então para todos os principais empreendimentos brasileiros apenas aqueles sobre tratado.

Por isso que se tocou no tema. Itaipu não foi mexido e não vai ser mexido, porque tem um tratado; GASBOL é um tratado. A Bolívia não conseguiu afetar os contratos que tinha com a PETROBRAS.



Então foi esse o principal mote de que mesmo o melhor acordo, o melhor memorando de entendimentos, é frágil se não estiver sob uma égide superior do ponto de vista legislativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Roberto Requião) - Uma observação.

Mais alguma intervenção?

Nome?

**O SR. FERNANDO FERREIRA** - Fernando Ferreira. É para o Vinicius.

Vinicius, você mostrou ali um fato que é questionável. A matriz energética da América do Sul ainda é uma matriz limpa, comparada com as matrizes de outros países chamados mais desenvolvidos e de outras regiões também. Existe uma certa pressão para que se trabalhe só com energias renováveis, estão aí os créditos de carbono. Na verdade, é quase que uma pressão bastante forte sobre os países em desenvolvimento.

Você não considera um pouco injusto que os países já desenvolvidos não tenham tido, na época, proteções ambientais, faziam as coisas como faziam e se desenvolveram usando uma energia extremamente suja, vamos dizer assim? Não acha injusto que agora nós, que precisamos nos desenvolver, temos reservas, muitas reservas, estejamos com dificuldade de lançar mão dessas reservas, porque temos que entrar logo numa matriz cara, limpa, ao modelo daqueles que já estão lá na frente? Aliás, têm as máquinas para venderem.

Então a pergunta é: você acha justo que entremos no modelo de desenvolvimento energético, a exemplo dos países mais desenvolvidos, sem usar nossas capacidades que estão aí, as nossas reservas, a que temos direito?

**O SR. MARCOS VINÍCIUS GUSMÃO** - Nem eu acho justo, nem eles acham justo, tanto que eles propuseram uma compensação para os países nos termos do pagamento pelo carbono do Tratado de Kyoto, que até hoje, de certa forma, não foi implementado, que seriam os mecanismos de compensação para os países que, em estágio, vamos dizer, de desenvolvimento mais atrasado, de industrialização mais tardia, caminhariam para utilizar fontes de energias renováveis mais caras e teriam as compensações por conta disso.

No meio do caminho, demos alguma sorte também, porque aproveitamos alguns desenvolvimentos tecnológicos muito recentes, o caso, por exemplo, da



melhoria da eficiência das turbinas a gás de ciclo combinado, a melhoria dos sistemas eólicos. Então, na verdade, não é justo, mas é muito mais injusto provocar-se uma situação que chamo de estado estacionário, ter-se dificuldade de desenvolver a infraestrutura energética de um país por conta de uma série de constrangimentos de toda razão, mesmo os sistemas de energias renováveis, a biomassa, a eólica, as pequenas centrais, mesmo esses sistemas que não são claramente definidos para grandes atendimentos, para se comparar com uma Itaipu. Itaipu, sem dúvida nenhuma, é obra-prima da humanidade em termos de sistema de energia. Não existe nada igual a Itaipu, em termos de produção de energia, de ocupação de área, de eficiência. É realmente uma obra-prima nossa, no mundo, em termos de sistema energético.

Mas um país que cresce no nosso ritmo, em algum momento, vai ter que fazer uso de todas as fontes que ele tem disponíveis, sob pena de se bloquear o desenvolvimento do país. Então há espaço para energias renováveis mais caras? Há. Há espaço, se se tiver gás, para desenvolvimento de térmicas a gás? Há. E deveria haver também espaço para o desenvolvimento das hidrelétricas brasileiras. Vemos hoje que a maioria delas estão no sistema amazônico, muitíssimo complicadas para serem desenvolvidas. E nós tomamos a decisão de que não teremos mais reservatórios.

Isso me deixa extremamente incomodado. Quem sou eu para polemizar com um Senador da República? Não consigo ser eleito nem para síndico do meu prédio! Mas ele está falando especificamente sobre mecanismo de realocação de energia. Se formos fazer uma conta direitinho, ao pé da letra, realmente ele tem razão. Itaipu, principalmente Itaipu, banca muito desse condomínio de distribuição de energia assegurada no Brasil, mas é o sistema vigente, e a definição da quantidade de energia que cada hidrelétrica pode vender no Brasil está afetada por esse grande condomínio chamado mecanismo de realocação de energia.

Porém, não quero polemizar sobre isso, nem sobre a questão de contratos, que defendi veementemente aqui como sendo o ponto central para uma integração, mas não os contratos assimétricos.

Eu assinei, como comprador de energia, dezenas de contratos com a COPEL. Nenhum deles foi rasgado. Todos são cumpridos. Os contratos têm que ser



simétricos, justos e honestos, e não se pode usar exceção como regra. Então, toda vez que falamos que defendemos a questão da segurança regulatória, da segurança jurídica, estamos falando de contratos estabelecidos sob uma lógica de simetria completa.

O Ricardo tocou na questão fundamental do tratado. Os únicos dois exemplos que nós temos de sucesso pleno de integração com o Brasil é o GASBOL. Sabemos de um único evento que aconteceu, uma greve que houve lá, num período longo. O GASBOL é um grande sucesso. De Itaipu não preciso falar nada.

Então, o tratado é importante, mas eu continuo defendendo que todas as questões são secundárias na medida em que se tem, por parte das nações, um respeito àqueles contratos que são firmados sob bases honestas.

E estou com você. Não é justo, e temos que ter algum mecanismo. Mais injusto do que se ter de estabelecer sobre uma base limpa é o que levou, por exemplo, ao abandono de uma riqueza mineral importante do Sul do Brasil, que é o carvão. O carvão nacional está satanizado de vez. Dificilmente constroem-se térmicas a carvão hoje no País. O Brasil tem uma matriz energética que poderia ter usinas térmicas a carvão com tecnologias mais limpas, dando sustentação ao parque hidrelétrico, que será construído sem reservatórios, infelizmente, porque não se consegue mais licenciar térmica a carvão neste País.

Então, há todo um mecanismo complicado de países que saíram atrás dessa questão dos sistemas energéticos. Mas, se tivermos um pouco de insistência — porque fazer um sistema energético hoje no Brasil é quase que um trabalho de Hércules —, é possível desenvolver isso, sim. A cada hora conseguimos inaugurar uma usina nova.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Roberto Requião) - Soria, depois eu passo a palavra para você.

Faço uma observação: parte do mundo se desenvolveu com a dura predação da natureza. Hoje nos cobram a preservação, porque têm consciência de que a preservação deve existir. Qualquer cidadão do nosso século medianamente inteligente sabe que nós não podemos repetir, por exemplo, o desenvolvimento da Alemanha Oriental, que se suportou numa predação absoluta.



Onde está a injustiça? Ao tempo em que desenvolveram uma profunda predação da natureza, protegeram o conhecimento, que era o conhecimento de toda a humanidade, com leis de patente, propriedade industrial e tudo mais. Hoje, eles nos cobram a preservação e nos negam o acesso a um conhecimento que não é deles, é da humanidade, da qual nós fazemos, elegantemente, parte também, por ascendência, sem dúvida alguma.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Sr. Presidente, só um instante. Eu quero pedir desculpas por dois atos: primeiro, por ter chegado atrasado; segundo, por ter que sair. Há menos de 4 meses, eu fiz uma cirurgia de coluna e tenho que fazer fisioterapia.

Portanto, eu peço licença e desculpa ao mesmo tempo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Roberto Requião) - A contrariedade é com os reservatórios, não com a fisioterapia. *(Risos.)*

Soria, com a palavra.

**O SR. MIGUEL SORIA** - Inclusive o que eu vou comentar aqui vai na linha do que o Senador Requião comentou agora.

Aproveitando a pergunta do colega, do Fernando, eu gostaria de agregar algumas informações com o objetivo de compreender melhor a situação na América do Sul. Até onde eu tenho de informações, o Brasil aproveitou um pouquinho menos de um terço do seu potencial inventariado. E a América do Sul, segundo os dados que nós temos da OLADE, só 22%, praticamente só um quinto.

Então, temos aí um espaço enorme de aproveitamento de energia hidráulica. E energia hidráulica é a fonte que dá mais resultado em termos massivos. Energia massiva é hidráulica. É importante que nós reflitamos sobre isso.

Quanto à questão do tamanho do reservatório, eu até brinco com os meus colegas do Comitê Brasileiro de Barragens, do qual eu sou um dos Diretores, que nós vamos desenvolver a engenharia do alteamento de barragens. Essa vai andar de vento em popa daqui a alguns anos, porque vamos ter que altear algumas barragens. Estamos perdendo por deixar de alagar. Talvez por uma desinformação crônica, vamos também ter falta de energia e vamos compensar isso com térmica, o que é muito pior.



Esse dado que eu trouxe aqui mostra que esses alagamentos, evidentemente, deslocam pessoas. Claro que há custos para esse desenvolvimento. Também se desalojam desapropriados por estradas, por polos petroquímicos, por refinarias, etc. Em barragens isso ocorre também. Só que o impacto disso não é tão grande quanto se fala. Os reservatórios artificiais do País compreendem uma área de 0,42% de todo o território. Quer dizer, é praticamente nada. Se mantivéssemos uma política desse tipo e aproveitássemos todo o nosso potencial, então, chegaríamos a 2% do território nacional. Continua sendo pouco.

Acho que temos de refletir mais sobre esse aspecto e talvez usar casos como, por exemplo, o de Itaipu, de mitigação de impactos ambientais, a fim de parametrizar outros projetos à frente. Eu creio que a América do Sul temos um grande espaço na hidráulica, que é energia limpa, massiva e com índices de nacionalização altamente elevados, pelo menos no Brasil.

Outro dado que também nos faz refletir, pelo que o IBGE tem colocado em seus documentos oficiais: a taxa de fecundidade está em 2,1%. O Brasil está mais ou menos equilibrado entre mortos e nascidos, só que nós estamos vivendo mais tempo. Os projetos para 2050 — corrija-me se o dado estiver errado — é que vamos ter uma população em torno de 215 a 220 milhões de habitantes. Então, o Brasil não vai ter explosão demográfica, porque hoje o índice já está equilibrado, mas as pessoas vão ficar mais tempo aqui. Por isso vai haver esse aumento populacional. Está equilibrado, mas as pessoas vão viver mais tempo.

O nosso consumo energético é de aproximadamente 2.700 megawatts/hora por ano/habitante. Qual é o *benchmark* mundial? Os americanos, quase 14 mil. Mas também é um consumo, digamos, exagerado. Eles têm hábitos de vida e culturais que causam um gasto de energia fantástico. Não precisam disso tudo, ainda mais que todo o hemisfério norte, onde há os maiores consumos, como foi mostrado aqui — eu acho que na Europa a média fica por volta de 9 —, tem um inverno rigoroso, etc. Isso causa um impacto grande nesse consumo energético, sem dúvida. Não é necessário isso em nosso continente, principalmente no Cone Sul.

Então, o nosso gasto energético, para que toda a população excluída tenha uma vida digna e confortável, provavelmente, não vai chegar nesses níveis.



Eu acabo chegando a um trabalho de planejamento. Talvez temos de planejar melhor as coisas, colocar esses dados, todas essas matrizes se correlacionando. Eu observo, como técnico do setor há 26 anos lidando com esse assunto, que existem muitas desinformações, informações distorcidas. Sofismas vão para a mídia, alastram-se que nem fogo, e depois para desfazer isso é difícil.

Eu acho que nós temos o dever de informar ao cidadão brasileiro sobre a realidade energética do País e as possibilidades que temos, as quais, no meu entender, são bastante positivas.

No caso de Itaipu, como citou o colega do Ministério de Minas e Energia, é fruto de um tratado. Houve, à época, há 40 anos, um esforço muito elevado de entendimento de Estado, e houve, digamos, um patamar de discussão mais elevado, que são as questões econômicas para fechar a conta. Do contrário não teria saído. Se fôssemos pensar assim...

O nosso colega aqui, Carlos Monte, colocou a palavra que achei chave, elevada, "solidariedade". Se pensarmos só em toma lá dá cá, em contas econômicas, etc., não vamos ter integração de coisa nenhuma. Se não houver um pensamento mais elevado, uma filosofia mais elevada, essas coisas não vão acontecer.

A Itaipu tem esse alto desempenho porque tem 47 grandes usinas antes dela, regularizando essa água, que vem redondinha para Itaipu. Tudo isso foi pensado. Inclusive, a Itaipu tem um nome técnico, que é pouco divulgado, chama-se "usina de base". O que é uma usina de base? Ela não para de funcionar nunca. Ela pode funcionar o tempo todo e produzir uma enorme quantidade de energia, porque lá foi investido dinheiro do contribuinte brasileiro.

Nós estamos cedendo essa energia, também de forma muito regulada, para o Paraguai e para a Argentina e não estamos cobrando nada. Devemos cobrar? Eu acho que não. Acho que está certo. É uma forma de o nosso País cooperar com os vizinhos também.

Eu dou um exemplo de contraponto disso: se não me engano, no Rio Columbia, que passa uma parte no território canadense e a outra parte no território norte-americano, os canadenses cobram a regularização dos americanos. Uma parte da conta de luz do consumidor norte-americano daquela região é em função



da regularização que foi paga pelo contribuinte canadense. Está errado isso? Não está errado. É uma questão de acordo.

No caso de Itaipu, por exemplo, temos tratado essa questão de forma diferente. Ao invés de fazermos uma conta econômica, não. A água vai para lá, e há benefício para esses dois países vizinhos.

Eu só gostaria de agregar essas informações para que pudéssemos ter uma circulação melhor de informações e de ideias.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Roberto Requião) - O Senado e a Câmara começam a Ordem do Dia às 16h30min.

Então, por dever de ofício, eu sou obrigado a dar por encerrada a minha participação neste debate.

**A SRA. ANA PAULA** - Eu gostaria que o senhor ouvisse só um segundinho o que eu tenho para falar também.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Roberto Requião) - Um segundinho já passou, minha filha, mas faça a sua pergunta.

**A SRA. ANA PAULA** (*Riso.*) Eu sou Ana Paula, sou Assessora do Deputado Padre João e só gostaria de fazer uma consideração, porque fiquei mexida com a fala do companheiro quanto à questão de sermos justos.

Acho que temos de ser justos com as gerações futuras e com quem desenvolveu uma boa tecnologia, para que consigamos ter energias renováveis, matrizes melhores.

No relatório feito pela Comissão de Direitos da Pessoa Humana, sobre as violações de direitos humanos nas construções das barragens, não podemos deixar de pensar quais são os impactos sociais, e aí, falando de integração, quais são os locais em todos os países, como visualizamos os atingidos pelos empreendimentos, os trabalhadores que estão na construção desses empreendimentos.

São vários elementos que devem ser colocados para o setor privado e para o público. Não há como falar que vai haver construção de barragens ou qualquer outra forma de matriz energética sem pensar também na soberania energética e no povo que está construindo e que também está sendo atingido de uma forma muito direta.





Está aí um relatório de direitos humanos que o próprio Governo Federal apresentou, e acho que deve ser levado em consideração pelas empresas e pelo setor público.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Roberto Requião) - Sem dúvida. Não podemos olhar isso tudo, a eficiência da usina, só pelo aspecto técnico. É a condição de vida das populações.

Fazendo uma brincadeira para encerrar minha participação, sobre a exposição rápida do Soria, cheguei a uma conclusão: a energia elétrica é um excelente instrumento de controle da população, principalmente mantendo as televisões ligadas à noite.

Agradeço a presença de vocês.

Dou por encerrado o debate, em função do início da Ordem do Dia no Senado da República.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. APRESENTADOR** (David Rayol) - Senhoras e senhores, está encerrado o painel *Mitigação de Riscos Políticos de Governo e das Populações Locais: Contribuições do PARLASUL e da UNASUL*.

Nossos agradecimentos aos ilustres integrantes da Mesa, pela rica contribuição trazida a este evento.

Dentro de alguns instantes, estaremos iniciando uma breve solenidade de encerramento deste Seminário. Solicitamos a todos, na medida do possível, que permaneçam em seus lugares.

(*Pausa prolongada.*)

**O SR. APRESENTADOR** (David Rayol) - A Comissão organizadora deste Seminário pede para informar que as apresentações estarão disponibilizadas no site da Câmara:  
[www.camara.gov.br/comissoes/permanentes/comissaoderelacoesexterioresededefesanacional](http://www.camara.gov.br/comissoes/permanentes/comissaoderelacoesexterioresededefesanacional).

Lembramos que essas apresentações anunciadas já estarão disponibilizadas até o final da tarde. No máximo em 1 hora, elas já poderão ser consultadas no endereço anunciado.



(*Pausa prolongada.*)

**O SR. APRESENTADOR** (David Rayol) - Senhoras e senhores, cumprida a programação do *Seminário Internacional Integração Energética na América do Sul*, neste momento tem início a solenidade de encerramento do evento.

São convidados a compor a Mesa de Honra as seguintes autoridades e personalidades: o Sr. Presidente do Sindicato das Empresas de Energia Elétrica — SINERGIA, Sérgio Malta; o Exmo. Sr. Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Alto Representante-Geral do MERCOSUL, e o Sr. Luiz Alfredo Salomão, Relator do Seminário.

Em nome da comissão organizadora deste evento, queremos apresentar as boas-vindas aos ilustres integrantes da Mesa para este breve instante de encerramento do evento.

Neste momento, convidamos, para suas manifestações iniciais, o Sr. Presidente do SINERGIA, Sérgio Malta.

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Malta) - Boa tarde a todos. Vamos retomar os trabalhos.

Queria dizer, sem mais delongas — depois farei os agradecimentos de praxe —, que nesta sessão vamos ter uma exposição mais abrangente do Samuel Pinheiro Guimarães, ex-Ministro de Assuntos Estratégicos, hoje Alto Representante-Geral do Brasil no MERCOSUL.

Depois, Luiz Alfredo Salomão, como Relator do Seminário, vai de certa maneira induzir algumas conclusões e lições que podemos tirar dessa jornada, que me pareceu bastante rica, com a participação de todos os protagonistas, as instituições e entidades que estão nesse jogo da integração energética regional por parte do Brasil, inclusive com representações dos diversos países que fazem parte da América do Sul, além do representante, do Diretor da OLADE, aqui também presente.

Então, sem mais delongas, quero passar a palavra para Samuel Pinheiro Guimarães. Por favor.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Muito obrigado. Queria agradecer o convite para participar deste Seminário ao Sindicato Interestadual das Indústrias



de Energia Elétrica, na pessoa do Dr. Sérgio Malta, e aos organizadores, especialmente o Dr. Luiz Alfredo Salomão e Carlos Saboia Monte.

Eu queria dizer que considero que um seminário sobre esse tema é da maior importância para a integração na América do Sul e para o Brasil, já que estamos aqui no Brasil. Eu vou procurar mencionar, falar um pouco sobre as questões relativas ao MERCOSUL e a questão da energia no MERCOSUL como fator importante de desenvolvimento econômico e político dos países da região.

Como os senhores sabem, uma das características importantes, talvez a mais significativa do MERCOSUL, são as assimetrias entre os Estados-membros. As assimetrias são de toda ordem. Algumas delas são irremovíveis, tais como as assimetrias de território e de população — não são removíveis —, e mesmo as de dimensão econômica. Mas as de desenvolvimento econômico são removíveis.

Muito bem. Então, no caso no MERCOSUL, essas assimetrias têm como base essencial as questões relativas à infraestrutura, e, no caso da infraestrutura, as questões relativas a transporte, energia e comunicações, e o saneamento, de um outro ângulo. Há assimetrias de ordem social, cultural, tecnológica, etc. Porém, se não há em um país, qualquer que ele seja, ou qualquer região, um sistema — se quiserem chamar “sistema”, “rede de energia elétrica”, o nome que houver —, se não há uma rede de energia elétrica, alcançar o desenvolvimento econômico e a superação das dificuldades econômicas e sociais é, eu arrisco a dizer, impossível. Não é possível.

Há regiões extensas, no Paraguai, por exemplo, onde não há energia elétrica — a região do Chaco, por exemplo. Então, digamos, os esforços para superar essas assimetrias, eles naturalmente têm de vir do país, no caso do MERCOSUL, do país mais rico. “Mais rico” é uma boa palavra, um pouco politicamente incorreta. Hoje em dia se usa desenvolvido, etc., que tem mais recursos. Um país tem mais recursos não só do ponto de vista financeiro, como também tem mais recursos tecnológicos. Assim é o desenvolvimento do setor energético no Brasil, por exemplo.

Alguns dos países do MERCOSUL têm graves dificuldades para obter recursos para obras de maior vulto. Para dar um exemplo concreto, só recentemente é que começou a ser construída a linha de transmissão entre Itaipu e Assumpção. Isso aí, dito assim, parece trivial. Não é, porque até hoje, na Capital do Paraguai,



que é um dos países com maior potencial hidrelétrico *per capita* do mundo, se eu não me engano...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Naturalmente. O potencial hidrelétrico do Paraguai não é maior que o do Brasil, nem de perto!

O potencial energético de que eu estou falando refere-se a hidroeletricidade, e a Capital do Paraguai sofre até hoje de apagões temporários, por não existir uma linha de transmissão, em parte por dificuldade de recursos do Estado paraguaio para obter, para construir essa linha de transmissão. Então, isso está sendo feito através do MERCOSUL, através do FOCEM.

Então, isso tem uma importância muito grande do ponto de vista econômico e político, não só para o desenvolvimento desses países, como para a própria coesão política do MERCOSUL. Na medida em que os países se sentem razoavelmente beneficiados pelo fato de pertencerem a um esquema de integração regional, eles, digamos, desejam permanecer nesse esquema. Se não se sentirem, naturalmente, digamos, as tendências centrífugas são muito grandes.

No caso da América do Sul, em geral, um comentário que já deve ter sido feito aqui em várias ocasiões, no ponto de vista de energia em geral, mas de energia hidrelétrica também, há uma disparidade extraordinária, quer dizer, há uma riqueza extraordinária da região, mas uma disparidade extraordinária entre os países quanto à dotação de seus recursos, tanto do ponto de vista de energia hidráulica como do ponto de vista da energia de origem fóssil, hidrocarbonetos, gás, e assim por diante.

Temos a Venezuela, que é, hoje em dia, se não me engano, pela última avaliação da Agência Internacional de Energia, o país com maiores reservas de energia de origem fóssil do mundo. É verdade, professor? Segundo a Agência de Energia, contando os petróleos pesados, isso tudo, teria superado a Arábia Saudita.

*(Manifestação fora do microfone, ininteligível.)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Pelo relatório da...

**(Não identificada)** - Da OPEP. Pelo relatório da Agência, ainda é a Arábia Saudita.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Ainda é a Arábia Saudita?



**(Não identificada)** - Pelo relatório da Agência Internacional de Energia, sim. Pelo da OPEP, a PDVSA agora é a primeira.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Pois é.

*(Manifestação fora do microfone, ininteligível.)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - A Venezuela.

**(Não identificada)** - A Venezuela, mas pelo relatório da OPEP.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Sim, natural. Natural, não, mas enfim, a OPEP,...

**(Não identificado)** - Da Agência, ela é a segunda. Não faz muita diferença.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - ... da qual faz parte também a Arábia Saudita. Portanto, suponho que haja uma certa aceitabilidade desses números.

Temos desde países com essa disponibilidade de recursos a países que não têm recursos de origem fóssil. Então, há uma disparidade muito grande.

De outro lado, uma outra característica é o problema das distâncias físicas para interconexão de qualquer natureza entre as diversas regiões. Qualquer interconexão que se pense entre os países do norte da América do Sul e os países do sul da América do Sul é algo extremamente complexo. Seriam linhas de transmissão de uma complexidade, do ponto de vista de engenharia, extraordinária, atravessando a Região Amazônica, o Rio Amazonas. Isso é possível? Possível é, porque há gasodutos que passam por baixo do Mediterrâneo. Portanto, eu acredito que seja possível. Possível é, mas não é simples.

Depois, como as regiões são mais ou menos desabitadas, enfim, nós temos uma distância, às vezes, entre os centros de consumo — aliás, no caso do Brasil também — e as regiões produtoras cada vez maior. E isso aumenta muito o custo, sem contarmos as questões de natureza ambiental, que são questões importantes.

Eu li certa vez que a integração dos sistemas energéticos — não sei se energéticos ou hidrelétricos — levaria a uma economia de cerca de 30% no sistema — é verdade, professor?

**(Não identificado)** - De 20% a 25%.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Está bem, está próximo. É isto, 20%, 25%, por volta disso. É uma economia muito substancial. Mas acontece que



essa economia substancial, para ser atingida, envolve uma aplicação de recursos também muito substancial.

Por favor, diga. Vamos melhorar a minha exposição.

**(Não identificado)** - Quando se fala em complementaridade hidrológica, por exemplo, isso acontece dentro do Brasil, mas acontece entre Brasil e Venezuela e também...

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Argentina.

**(Não identificado)** - É uma situação de dois e dois são cinco. Parece uma inequação, mas não é. Dois sistemas que se trabalhassem isolados, dois mais dois são quatro; mas quando juntos, dá sinergia, pode-se obter cinco.

Então, essa é uma verdade técnica.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Então, esse é um tema, na minha opinião, de grande importância, porque o custo da energia, suponho eu, está na base dos custos industriais. Sem contar a parte de transporte, digamos, os custos industriais. Na parte dos transportes também, na parte de energia fóssil, mas, digamos, os custos industriais. A parte de energia é importante, portanto, a competitividade das empresas, e, assim, a redução desses custos é de grande importância para o desenvolvimento econômico da região, não só do MERCOSUL, como da América do Sul.

Enfim, todo o resto, os senhores já devem... Isso é bom, sempre que o palestrante não tem muito mais o que dizer, ele diz que tudo já foi dito. *(Risos.)* Facilita, não é? Ou, então, alega falta de tempo.

Mas eu acho que isso é muito importante; do ponto de vista do Brasil, da integração no MERCOSUL, a superação das assimetrias de infraestrutura é essencial. E o desenvolvimento industrial de países como Paraguai, Uruguai e a própria Argentina é fundamental para o Brasil, não só para eles, mas para o Brasil também, tanto do ponto de vista econômico quanto político. E a questão da integração dos sistemas na região.

Era isso. Eram só dois comentários que eu queria fazer.

Muito obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Malta) - Samuel Pinheiro, eu gostaria de provocá-lo para uma...



**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Aplausos parcos. (*Risos.*)

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Malta) - Gostaria de provocá-lo. De fato, nós exploramos muito os diversos aspectos da integração energética regional do ponto de vista físico. Eu acho que existe um consenso no sentido de que é irreversível a integração energética sul-americana. A questão é saber quando isso vai acontecer, em que velocidade e de que maneira vamos poder superar os obstáculos que existem para que isso efetivamente aconteça. É uma coisa racional e me parece irreversível diante do processo civilizatório pelo qual caminha a humanidade, inclusive a comunidade que vive neste subcontinente. Isso vai acontecer. É preciso saber em que velocidade.

Discutimos muito os aspectos técnicos, os aspectos físicos, mas me parece que o senhor poderia dar uma contribuição importante se abordasse um entrave importante a essa integração, que é o fato de cada um desses países ter suas preocupações com a garantia energética, que se dá normalmente dentro do quadro e do território do Estado soberano. A partir do momento em que se passa a trabalhar em integração, abre-se mão, de certa maneira, de um pedaço da soberania, porque se vai para um quadro de interdependência, onde o Estado soberano delega a instâncias comunitárias alguns aspectos da segurança energética, no caso.

Na sua experiência como Ministro e como Embaixador que foi ao longo destes últimos anos, destas últimas décadas, como é que o senhor vê isso no âmbito da América do Sul? Hoje, se existe assimetria em relação a população, a tamanho econômico, de certa maneira, do ponto de vista político, embora exista assimetria, caminha-se para democracias que se vêm consolidando nesses países.

Como o senhor vê esta questão da segurança energética, interdependência, Estado soberano? Como é que isso pode avançar, do ponto de vista diplomático, que é não um dos entraves, mas um dos obstáculos principais a ser superado para se alcançar a integração energética, que passa pela questão diplomática e política dos Estados soberanos?

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Vou fazer o seguinte comentário: digamos, há uma... As palavras são muito perigosas quando saem da minha boca. Antes de saírem, não. Antes de saírem, está tudo bem, mas quando saem, é um problema. Eu diria que há uma percepção de que não há, não digo situações de



divergência — usando essa palavra com cuidado —, entre os países da América do Sul. Isso não é verdadeiro.

Podemos enumerá-las, para não excluir ninguém, entre Guiana e Venezuela; entre Venezuela e Colômbia; entre Colômbia e Equador; entre Equador e Peru — estamos seguindo geograficamente; entre Chile, Bolívia e Peru; e, até um passado recente, entre Chile e Argentina. Entre Bolívia e Paraguai houve a Guerra do Charco.

As preocupações com segurança, os ressentimentos estão sempre presentes. Eles não configuram conflitos atuais, mas, volta e meia, afloram. Então, a preocupação com segurança energética é maior. Para um país que tem essa percepção histórica, às vezes, com base em conflitos do passado, isso se torna mais difícil.

Então, a criação de confiança, um termo que ficou na moda há alguns anos — os americanos chamam de *confidence building* —, é muito importante. É importante que as pessoas se conheçam. Historicamente, até muito recentemente, as distâncias econômicas entre os países da região eram muito grandes. As relações entre Colômbia, Venezuela, os países do norte da América do Sul, e os países do sul da América do Sul eram muito tênues — muito tênues. Talvez, tecnologicamente, do ponto de vista técnico de engenharia, fosse muito difícil. Por outro lado, os países tinham mercados de energia mais ou menos orientados.

Por exemplo, a Venezuela fazia parte do sistema energético americano. Fazia parte totalmente. Eram empresas americanas que exploravam o petróleo da Venezuela, e o país vivia num comércio muito dirigido para os Estados Unidos. Não existiam dificuldades, porque não havia também interesse econômico. Não havia por que fazer uma linha de transmissão.

Depois, havia sempre essa questão política. Então, a chamada criação de confiança depende muito de as pessoas conhecerem melhor... Eu não sei em que medida, é possível até que conheçam muito bem a legislação dos países e tudo. Estou dizendo isso sem saber, mas acredito que o conhecimento maior, reuniões nos níveis técnicos mais frequentes, a própria visita aos locais etc. Talvez tudo isso que estou dizendo já exista, e permitiria a redução desses ressentimentos e o desenvolvimento de projetos concretos, mais específicos.





Por exemplo, hoje em dia, a interconexão elétrica Uruguai-Brasil, que está sendo feita agora, é de grande importância não para uma coisa maior, a integração energética da América do Sul, mas para resolver os problemas de energia do Uruguai isso é extremamente importante. A linha já está em construção? Ou estudos?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Existem problemas de diferenças técnicas de voltagem, ciclagem, frequência. Para tudo isso tem de fazer uma conversão.

A mesma coisa em relação ao Paraguai, a construção da linha de transmissão, que não é uma integração, mas, do ponto de vista do desenvolvimento econômico Paraguai, na minha opinião, é algo de extraordinária importância. Talvez o evento mais importante da história do país, desde Itaipu. Claro, sem Itaipu, não poderia haver a linha de transmissão, é óbvio, mas permitiu o desenvolvimento industrial e também eu acho que a linha também se expande para o Chaco, tem ligações com o Chaco.

**(Não identificado)** - Foz do Iguaçu-Assunção.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Foz do Iguaçu-Assunção.

**(Não identificado)** - O Paraguai vive um paradoxo. Ele tem uma supremacia energética, entretanto, tem racionamento de energia por conta dessa infraestrutura menor.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Eu acho que vai permitir extensões da linha de transmissão para a região do Chaco, onde, aparentemente, não há energia, ou muito precária, geradores, talvez.

Do ponto de vista prático, é o seguinte: neste semestre, há alguma reunião prevista das autoridades dos diferentes setores — energia elétrica, gás, petróleo — dos países da América do Sul ou não há? Se não há, tem de começar por aí. É necessário que haja, porque se não houver... Já há estudos? Evidentemente, cada país deve ter seus estudos, mas eles são acessíveis, são conhecidos?

O Professor e Deputado Luiz Alfredo Salomão, durante certo tempo, fez uma série de estudos sobre a situação energética, principalmente na área de petróleo,



mas também de eletricidade, dos países da América do Sul. Isso é extremamente importante até para o conhecimento.

O conhecimento das pessoas é muito importante. Se não houver esse conhecimento, não há possibilidade de as pessoas se sentirem seguras. É um processo. Não se criará segurança energética, na minha opinião, apenas assinando um acordo. Não vai. Não vai remover as preocupações.

Era mais ou menos isso.

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Malta) - Obrigado.

Antes de passar a palavra ao Luiz Alfredo Salomão, para que faça a síntese da jornada, abro a palavra ao Plenário, para fazerem perguntas ao Sr. Samuel Pinheiro Guimarães ou alguma intervenção.

**(Não identificado)** - Na verdade, não é uma pergunta, apenas uma confirmação. O senhor estará em Quito com a UNASUL?

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Eu estarei em Quito não para uma reunião da UNASUL, mas numa missão do MERCOSUL junto ao Governo equatoriano.

**(Não identificado)** - É porque recebi aqui um *e-mail* para comparecer a uma reunião na qual o senhor estaria.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - O senhor é?

**(Não identificado)** - Da OLADE.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Ah, da OLADE. Ótimo. Mas não é uma reunião da UNASUL. Não sei se há uma reunião da UNASUL ao mesmo tempo. Estarei em Quito nos dias 14 e 15.

**(Não identificado)** - Sim, dia 14, com UNASUL, MERCOSUL e OLADE.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Eu estarei lá em uma reunião para a qual me convidaram. A UNASUL também me convidou para fazer uma palestra.

**(Não identificado)** - Então deve ser isso.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Deve ser isso.

**O SR. MIGUEL SORIA** - Miguel Soria, da Itaipu.

Embaixador, nosso ex-recente conselheiro, pergunto o seguinte: hoje pela manhã e também à tarde se falou muito em aproveitar os instrumentos institucionais



já vigentes — no caso, a UNASUL, por exemplo — para que se andasse na questão da integração energética, algo que será benéfico para todos, se acontecer.

Inclusive, isso dará um ganho enorme. A própria junção dos *grids* no Brasil deu por volta de 20% de ganho, só de juntar o Sistema Norte-Nordeste com o Sistema Sul-Sudeste.

É de se pensar que, fazendo a integração na América do Sul, vai haver um ganho grande também. E como o senhor muito bem comentou, esse ganho vai para a base do produto em geral. E também para as famílias. As famílias vão pagar menos energia em suas contas.

Então, eu acho que é benéfico para todos, será um alvo bom para todos. Só que a dificuldade reside em uma série de questões técnicas, que, na minha opinião, em termos de engenharia, são superáveis. Quer dizer, se existe tecnologia, se já existe *expertise* nesse aspecto — a Itaipu pode contribuir muito nisso, como várias outras empresas —, vai dar muito trabalho, mas há como superar.

Na minha opinião, e pelo que tenho percebido desse assunto, o que é necessário é um trabalho político. Já que o objetivo é nobre e as condições técnicas podem ser implementadas, o que resta agora é uma ação política de altíssimo nível.

Falou-se aqui nos grandes atributos dos tratados internacionais, do qual Itaipu é um exemplo bem-sucedido e seria um caminho interessante. Eu também acho que é algo a se usar como referência, sem dúvida. Mas o senhor veria condições, com a sua experiência como diplomata, por exemplo, de começar alguma coisa nesses organismos, se é que é válido, uma espécie de protocolo de intenções, uma declaração conjunta, algo que elevasse um pouco o patamar dessa discussão e que criasse uma convergência?

Haveria ambiente para fazer isso, por exemplo, em uma UNASUL? Alguém falou, inclusive — se não me engano, foi o Deputado Luiz Salomão —, já que a UNASUL talvez seja um sonho muito grandioso, de se começar pelo MERCOSUL, que já tem uma história, uma vivência maior. Ou seja, em um outro ambiente, o senhor acha que poderia haver uma proposta do líder Brasil? Eu concordo com todos, o Brasil tem que liderar esse processo de fazermos uma referência para que todos olhem para esse ponto, pelo menos, e comecem a pensar em uma aproximação. Nas próximas décadas isso pode ter algum resultado?



**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Eu, até por obrigação, tenho que ser otimista. Não posso dizer que as negociações não são úteis. São muito úteis. Acho que sim. Eu, por outro lado, sou um revolucionário gradualista. Não sou reformista; sou revolucionário, porém, gradualista. Acho que essas questões têm esse pano de fundo lá atrás, como havia mencionado, das dificuldades que existem entre os países. Ninguém pode se iludir quanto a isso.

Então, é algo que... Como a integração energética da região não precisa ser feita toda ao mesmo tempo, não é preciso fazer tudo ao mesmo tempo, é possível, dentro da ideia de que essa integração é muito importante, por todas as razões, fazê-la de forma parcelada.

Acho que isso é muito importante. Acho que o Brasil... Aqueles dois temas que mencionei não foram objeto de conclusão fácil, não. É preciso, inclusive... Foi o senhor que mencionou que o Brasil deve liderar?

**O SR. MIGUEL SORIA** - Sim.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Eu vou dizer ao senhor que é preciso que o Brasil esteja convencido de que isso é bom para ele. Se o Brasil não estiver convencido, não poderá liderar esse processo. Então, é preciso que ele esteja convencido. Então, é algo até prático. Para fazer uma declaração em termos genéricos, é importante. Não é que não seja. É possível. Sobre as vantagens da integração, tudo isso que foi dito pode ser listado. Mas quando chega na hora prática, a prática de como é que faz, quem faz, como não faz, eu acho que seria muito otimista imaginar algum tipo de organismo comunitário para decidir qualquer obra desse tipo.

Acho extremamente... Imaginem, quem é que comandaria esse organismo comunitário? Só em pensar sobre isso, vemos as dificuldades naturais.

Mas eu acho que, por outro lado, é muito importante avançar nessa direção. Eu acho que existem muitas etapas, e uma delas é o próprio convencimento do Governo brasileiro. Por exemplo, a decisão de fazer a linha de transmissão entre Itaipu e Assunção foi algo que levou a grandes debates, grandes dificuldades. Não foi simples, não. Foi algo complexo. E devo registrar aqui que se não fosse a orientação do Presidente Lula, a sua determinação nesse sentido, talvez não se conseguisse chegar a uma solução ou a uma... Como é que se chama hoje em dia?



Hoje em dia para tudo existem uns nomes bonitos. Chegar a uma arquitetura financeira. Poder fazer, não é?

É algo que depende muito. Naturalmente, como também é sabido, o Brasil é o maior mercado da região. Por outro lado, o Brasil tem grandes fontes de energia. Hoje em dia temos, não digo um excesso, mas temos novas fontes de energia, temos diversidade. Agora descobriram novas jazidas de urânio em Caetité.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Não, não. Também na proximidade de Caetité...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - São outras. Então, o Brasil já vai para ser o terceiro ou o segundo maior detentor de reservas de urânio do mundo. Na área de biocombustíveis, idem. Na área de energia eólica, idem. Petróleo, gás... Então, isso gera uma certa sensação de autossuficiência e de não ver os interesses econômicos e políticos que existem na região. Então, é algo que... Compreendem o que eu quero dizer? É uma questão que, na minha opinião, é política, de uma certa forma, porque exige decisões políticas.

Não quero ser pessimista, não. Eu acho que se deve avançar nessa direção. Mas há esse pano de fundo complexo, há a questão dos custos para certos países. Certos países não dispõem dos recursos, simplesmente, nem têm acesso aos recursos no mercado internacional de capitais. Simplesmente não têm.

Então, é uma questão complexa.

**(Não identificado)** - Eu queria fazer uma pergunta mais ou menos nessa direção. Eu sou da Assessoria Internacional do Ministério de Minas e Energia. A IIRSA e o COSIPLAN... Quer dizer, a IIRSA, em um primeiro momento, teria sido desenhada com esse objetivo, pelo menos no que diz respeito ao setor de infraestrutura, porque abrangeria tanto o setor de transportes, telecomunicações e energia.

Gostaria de perguntar: como o senhor avaliaria a atuação da IIRSA e essa nova transformação no que diz respeito aos novos objetivos a partir do COSIPLAN? Porque, de uma certa forma, existe participação a nível governamental. Por quê?



Porque a participação é no nível ministerial. São os Ministros que, teoricamente, participam ou deveriam participar do Comitê Executivo, hoje do COSIPLAN.

Sistemas de financiamento também foram pensados: BID, inicialmente; BNDES e CAF, posteriormente.

Quais os desafios que o senhor veria para que isso de fato seja exequível e que possa funcionar como instrumento nessa direção, para tornar a integração não apenas energética, mas a nível de estrutura, plausível? Qual seria o universo, qual seria o tempo gasto para se conseguir alguns resultados factíveis, segundo a percepção que o senhor tem?

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Bem, ainda não tive oportunidade de verificar como foi a transformação da IIRSA no COSIPLAN. O COSIPLAN é um mecanismo ligado à UNASUL, uma espécie de reunião de Ministros na área de infraestrutura e de planejamento.

Acho que é auspicioso, na medida em que os Presidentes, os Ministros decidiram dar esse passo, porque o que foi feito pela IIRSA no passado foi a identificação daqueles eixos. E havia uma crítica grande, porque seriam corredores de exportação, muito voltados para a exportação e menos para o mercado regional.

Então, na prática, seria otimista pensar que os Ministros definiriam prioridades. Acho isso extremamente complexo, porque como seria esse processo? Então, senta-se o Ministro de um país, de outro e chega-se à conclusão de que a obra de um terceiro é prioritária. É algo extremamente complexo.

Em segundo lugar, os países têm o direito de acessar o BID. E seria extremamente complexo para os países aceitar que só aquelas obras que fossem aprovadas nesse organismo é que teriam prioridades junto ao BID, ou junto à CAF ou junto ao BNDES. Inclusive, o BNDES é um sistema diferente, são as empresas que pedem empréstimos. As empresas vão lá e pedem empréstimos. Dizem: *“Olha, quero participar de uma licitação em tal país da América do Sul e preciso de um empréstimo em tais condições”*. Então, não são os governos que definem o que o BNDES vai emprestar.

Acho muito complexo, mas é um passo importante, porque é um processo de construção de confiança. E os países têm suas... O Chile, por exemplo, vai se integrar energeticamente com quem? Com os países mais próximos. Seria com



quem? Com a Argentina, com a Bolívia e com o Peru. Então, é com esses países que ele teria que se integrar, ainda que fosse para lá uma linha de transmissão do norte, lá do Guri — imagina, é muito longe!

Então, há uma série... E decisões multilaterais entre países que têm esse passado de dificuldades, às vezes, até de presente mesmo, são difíceis. Nós vamos ver, na prática, como vai funcionar o COSIPLAN.

Eu, pessoalmente, acho que seria complexo imaginar que Ministros dos 12 países viessem estabelecer prioridades, inclusive porque os Ministros não conhecem. Em geral, um país não conhece bem a situação do outro — ou dos outros. Conhece a sua, não é verdade? Então, é complexo. Dentro de um país já é complexo estabelecer as prioridades, quanto mais envolvendo prioridades entre países.

Mas acho que é um caminho interessante, um caminho importante naquela ideia. A minha percepção é que essas são questões muito sensíveis e necessitam de construção de confiança. É preciso que as administrações energéticas — não sei se posso chamar assim —, as empresas energéticas...

Vemos aí o caso da famosa refinaria. É um caso que ninguém sabe direito como é. Há alegações de um lado e de outro, tudo muito... E eram só dois países.

Mas é um passo importante, não quero ser... Mas gosto de ser realista. E acho que é importante dar passos concretos, com maior conhecimento dos temas, das legislações, das estruturas do sistema econômico, o que é relativo. E há o fato de o maior mercado da região ter-se tornado mais ou menos autossuficiente.

Então, posso estar sendo injusto, mas há uma certa percepção de...

Estou sendo injusto, professor? Não?

**(Não identificado)** - Absolutamente.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Está bom.

**(Não identificado)** - Inclusive, aproveito, já que o senhor me chamou, para dizer que pequenos passos podem ser dados, Luiz Melin mas acho realmente fundamental a ideia, a orientação maior. Queremos isso, queremos liderar, vamos ser... Acho que esse é o principal indutor de um processo de integração.

Por exemplo, dentro do Subgrupo 9 do MERCOSUL, o Chile, que é um país convidado, não é um país membro, propõe uma discussão de livre trânsito de



energia entre os países, isso em bases sem maiores investimentos, apenas procurando identificar formas de utilizar eventuais folgas para poder o Chile obter energia do próprio Brasil, não necessariamente só dos países fronteiriços.

Então, são passos, mas realmente percebemos que precisamos de um magnetismo superior mais forte.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Quando disse que as administrações devem estar convencidas, podemos começar pelos presidentes, que dão orientação de governo. Citando esse ponto que o senhor mencionou, é importante. Às vezes, comunicados, que são naturalmente mais gerais — um comunicado não vai entrar em detalhes, de forma nenhuma —, são importantes, porque dão uma orientação. Então, nesse sentido, o próprio COSIPLAN também... Na medida em que há uma convicção, uma determinação que seja tomada como orientação para as administrações energéticas, pode haver progresso. Então, é um misto.

**(Não identificado)** - Meu amigo Samuel, eu queria fazer uma observação. Nos 8 anos anteriores à nova administração brasileira, o senhor esteve sempre em uma posição de bastante proeminência dentro do Ministério das Relações Exteriores. Depois, assumiu a chefia da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Eu posso imaginar que o senhor esteve muito próximo e conhecia bem as opiniões do Presidente Lula. Portanto, a partir do que ouvia, percebeu um pouco qual era a chance de isso acontecer na gestão dele. Mas, certamente, nem todas as pessoas que trabalhavam com o Presidente foram escolhas pessoais dele. E essa linha de pensamento nem sempre ele consegue imprimir, porque há uma série de outros compromissos.

O Governo mudou. Nós temos outro Governo, outra conjuntura internacional, estamos submetidos a outra crise internacional de proporções grandes, que assusta certamente a humanidade e deixa um receio em relação ao que possa acontecer com o Brasil.

Eu queria ouvi-lo sobre isto: este momento atual é mais ou menos propício que os anteriores? Dos interlocutores que o senhor conheceu, se tivesse que escolher as pessoas que deveriam conduzir esse processo, certamente o senhor teria algumas indicações importantes. Garanto que teria, porque o senhor tem a





percepção disso. Sei que, no seu íntimo, é inteiramente favorável a que essa integração aconteça, porque ela é humanamente importante, e o senhor, como falou, como revolucionário, está desse lado.

Eu só queria saber como o senhor vê isso. Quer dizer, o Governo atual tem melhores condições que o anterior de tocar para a frente um projeto desse tipo ou depende de milagres que o senhor ainda não consegue enxergar?

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Bem, eu não posso fazer julgamentos sobre governos. Eu posso dizer, por um lado, que o Presidente Lula tinha uma convicção muito grande a respeito da importância da integração sul-americana e, nela, das questões de infraestrutura. Dizia isso com toda a clareza e não se cansava de repetir. Ele tinha essa... Inclusive, tinha uma longa experiência pessoal de política na América do Sul. Conhecia todas as pessoas.

Então, eu acho que foi possível dar passos muito importantes. A Presidenta Dilma fez parte do Governo Lula, tanto na área de Minas e Energia, como Ministra — além da experiência anterior dela na Secretaria de Energia, se não me engano, no Rio Grande do Sul —, como Ministra-Chefe da Casa Civil. Ela tinha uma participação muito grande. *(Pausa.)*

Eu acho que ela conhece bem os temas do ponto de vista técnico. Acredito que ela está cada vez mais conhecedora dos temas da política externa e da importância da região para o Brasil de uma forma geral — não é verdade? Então, eu acho que ela pode perfeitamente, assim o desejando, dar uma orientação muito específica que permita prosseguir esse trabalho. Eu não vejo nenhuma mudança de orientação. Não vejo.

**(Não identificado)** - Mas de ênfase, talvez, não é?

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Não, de orientação. Não vejo, pelo menos, não percebo. Mas o Presidente Lula — como diria — se manifestava com maior frequência sobre esses temas do ponto de vista público. Eu não tenho conhecimento de que tenha havido uma modificação, de forma alguma.

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Malta) - Obrigado, embaixador.

Vamos chegando às conclusões finais do seminário. Quero aproveitar para agradecer a presença, na plateia, da Deputada Constituinte Moema Santiago. Muito obrigado pela presença.



Eu passo a palavra para o Sr. Luiz Alfredo Salomão. De certa maneira, já induzi algumas pistas sobre a síntese dessa jornada. Eu acho que ainda vamos refletir bastante sobre tudo o que foi falado e discutido aqui. Vamos publicar os Anais, distribuir a todos, mas acho que o senhor já pode deduzir algumas sínteses sobre o que discutimos nesta manhã e nesta tarde.

**O SR. LUIZ ALFREDO SALOMÃO** - Muito obrigado.

Antes de tudo, eu queria dar a minha impressão de que o seminário atingiu seus objetivos na medida do possível, quer dizer, na medida em que nós reunimos pessoas com conhecimentos específicos sobre determinados temas.

Quero dizer também que foi nossa intenção trazer a Presidente da UNASUL, a Embaixadora Maria Emma Mejía, mas ela não veio porque já está com uma viagem marcada para o Brasil no final deste mês para a reunião do COSIPLAN.

Aproveito para informar à representante da Assessoria Internacional do Ministério de Minas e Energia, que não sei se estava aqui pela manhã, e também ao Embaixador Samuel que o COSIPLAN está fazendo, ou já fez, uma revisão dos projetos considerados prioritários pelo IIRSA — viu, embaixador? Então, o COSIPLAN está fazendo uma revisão, porque havia muitos projetos, uma centena de projetos, e quando tudo é prioritário, nada é prioritário. Então, o COSIPLAN está fazendo um foco naquilo que é mais urgente e mais importante. Aquela carteira é que vai resultar na pauta do COSIPLAN.

Também quero dizer que o SINERGIA foi convidado a apresentar, na próxima reunião do COSIPLAN, as conclusões deste seminário.

Com relação às conclusões, eu queria assinalar que algumas coisas ficaram bem marcadas. São essas que eu vou destacar.

A primeira é a relevância de que existam marcos regulatórios estáveis e que haja respeito aos contratos. Houve uma contestação, sempre provocativa, do nosso Senador Roberto Requião de que a segurança jurídica não se sustenta diante de contratos lesivos ao interesse público. Evidentemente, acho que todos estamos todos de acordo com isso. Ele citou casos do Paraná, e todos nós o cumprimos por ter reagido e ter desfeito esses contratos.

Porém, segurança jurídica é requisito do Estado Democrático de Direito. De modo que o que se colocou como requisito para que os investimentos na área de



energia nos países sul-americanos se intensifique é algo muito razoável, que haja respeito aos contratos, evidentemente dos contratos legítimos de que nós estamos tratando.

Por outro lado, também ficou patente na intervenção do Dr. Luiz Melin, Diretor do BNDES — que fez uma bela intervenção, a meu juízo —, que não haverá viabilidade de financiamento desses empreendimentos se essas condições não estiverem satisfeitas. Quer dizer, nenhum banco vai aventurar-se a emprestar ou a dar garantias se não houver o mínimo de perspectivas de que aquele projeto vai sustentar-se a longo prazo no mesmo marco regulatório, no mesmo marco legal.

Se há um país que tem mudado sistematicamente ou regularmente o seu marco regulatório, evidentemente os bancos e os órgãos que podem oferecer garantias vão ser muito cautelosos, ou vão cobrar taxas de juros absurdamente altas ou simplesmente vão negar esse financiamento.

De modo que esse requisito apresentado pelo representante da única empresa que aqui se manifestou, que até já se retirou, o Dr. Marcos Vinícius, não é uma exigência apenas das empresas, é também dos órgãos de financiamento.

Por outro lado, tem-se verificado, nos casos concretos em que houve mudanças radicais nos marcos regulatórios, que esses investidores se retraíram, inclusive a própria PETROBRAS, que não investe mais naqueles países onde as regras do jogo foram mudadas abruptamente, sem negociação.

Um outro ponto que foi bem demarcado foi com relação à variedade de políticas tarifárias praticadas nos países sul-americanos. Isso foi muito detalhado pelo nosso representante da OLADE, Fernando Ferreira, para mostrar como varia de país para país, com enorme diferença nos custos de energia elétrica e nos custos de derivados de petróleo. Ainda no almoço, comentávamos os preços da energia no Equador e na Venezuela — e poderíamos adicionar os da Bolívia.

É claro que, com esses preços, não haverá a atração de investimentos privados ou mesmo de empresas estatais de outros países para esses mercados, simplesmente porque não há viabilidade econômica nesses empreendimentos. De modo que essa é uma escolha soberana que todo país tem o direito de exercer — não se discute isso — entre uma política tarifária mais realista em relação aos custos



de produção e, em contrapartida, de captação de investimentos para expandir suas riquezas em matéria de recursos energéticos.

A terceira questão que ficou bem demarcada é a variedade também do tratamento que os países sul-americanos oferecem à iniciativa privada em setores como petróleo e energia elétrica. Em vários deles, o Estado é predominante. Eu não me lembro, mas acho que foi o próprio Fernando também que mostrou um mapa aqui muito interessante demonstrando que, no Brasil, 80% da geração elétrica é do Estado, enquanto, no Chile, é zero, é toda ela privada, e em outros países também se verifica um monopólio estatal na geração — um monopólio de fato, não de direito.

Essa também é uma variedade que temos de levar em conta e compreender que é um direito soberano de cada país estabelecer o regime de exploração de suas atividades energéticas. Ocorre que essas variáveis, política tarifária, papel reservado ao Estado e à iniciativa privada, e marcos regulatórios mais ou menos estáveis são determinantes para se apostar na viabilidade de um tratado energético sul-americano, porque a variedade com que esses aspectos se comportam em cada país torna difícil a existência de uma convergência. Em todo caso, foi considerado que o fórum mais adequado para celebrar esse tratado energético entre os países sul-americanos é a UNASUR, ou UNASUL.

A propósito, porque verifiquei que alguns dos presentes não tinham conhecimento desse assunto, quero lembrar que, em julho de 2002, houve uma reunião em Guayaquil, no Equador, na qual se estabeleceu o consenso de que a integração física dos países sul-americanos deveria ser prioritária. Depois, isso se reproduziu na primeira reunião de Ministros de Energia da Comunidade Sul-Americana de Nações, que priorizou também a integração energética como estratégia fundamental para o desenvolvimento.

Depois que a da Comunidade Sul-Americana de Nações — CASA foi substituída pela UNASUR, exatamente no encontro de fundação da UNASUR, em abril de 2007, ocorreu simultaneamente a Primera Cumbre Energética Sudamericana y de Gobierno, na ilha Margarita, ocasião em que também foi criado o Conselho Energético Sul-Americano.

Esse conselho tomou algumas providências importantes. A primeira foi encomendar a um grupo de peritos que estabelecesse diretrizes da estratégia



energética sul-americana. Esse é o objeto de um documento que ficou pronto no dia 6 de maio de 2008. Emitido em Caracas, esse documento estabeleceu princípios reitores para a integração energética sul-americana, com os quais eu creio que todos aqui estão de acordo.

Vou citar rapidamente, porque acho que vale a pena mencioná-los:

I - a cooperação e complementação;

II - a solidariedade entre os povos — tema que foi tratado aqui de alguma forma pelo Dr. Monte;

III - o respeito à soberania e à autodeterminação dos povos;

IV - o direito soberano a estabelecer os critérios que asseguram o desenvolvimento sustentável na utilização dos recursos naturais renováveis e não renováveis, assim como administrar a taxa de exploração de produção desses recursos;

V - a integração regional em busca da complementariedade dos países no uso equilibrado dos recursos para o desenvolvimento dos seus povos;

VI - o respeito aos modos de propriedade que utiliza cada Estado para o desenvolvimento dos seus recursos energéticos;

VII - a integração energética como uma ferramenta importante para a promoção do desenvolvimento social, econômico e a erradicação da pobreza;

VIII - a universalização do acesso à energia como um direito cidadão — tema que foi tratado aqui na matéria de universalização, com menções aos Programas Luz para Todos, Luz no Campo, etc.;

IX - o uso sustentável e eficiente dos recursos e potencialidades energéticas da região;

X - a articulação das complementariedades energéticas para diminuir as assimetrias existentes na região — tema que também foi tratado aqui, e;

XI - o reconhecimento dos Estados, da sociedade e das empresas do setor energético como atores principais do processo de integração.

Vejam que essas diretrizes, esses lineamentos, como eles chamam, são absolutamente razoáveis e, de alguma forma, foram tratados aqui pelos apresentadores e palestrantes.



O ponto em relação ao qual eu gostaria de divergir ligeiramente é relativo ao fato de há um anteprojeto de Plano de Ação para a integração energética e há também um anteprojeto de estrutura do Tratado Energético Sul-americano, emitido em 28 de março de 2010, portanto, relativamente recente — tem 1 ano e meio.

Quando se examina a estrutura aqui proposta e o Plano de Ação, verifica-se claramente — é fácil deduzir isso da leitura — que quem vem liderando esse processo são os Ministros, os técnicos da Venezuela, que, desde sempre, vêm procurando unir os países. Tivemos a iniciativa PETROAMERICA, a iniciativa PETROCARIBE, a iniciativa PETROSUR, que era parte da iniciativa PETROAMERICA, muito forte no início do Governo Hugo Chávez.

Ao mesmo tempo, salta aos meus olhos, pelo menos, um certo ceticismo quanto à possibilidade de países como o Chile, a Argentina, o Peru e talvez até mesmo o Brasil adotarem os postulados que estão aqui de certa forma enunciados ou pré-enunciados, porque há um viés relativamente nítido de um processo de reestatização das atividades energéticas nesses países, coisa que politicamente me parece difícil de transitar nesse fórum de países sul-americanos.

Não obstante a contribuição importante da Venezuela, creio que, na UNASUR, hoje sob a presidência *pro tempore* colombiana, esse tema enfrentará dificuldades de evoluir, tanto que há um ano e meio não se fala mais nesse assunto. Mas me parece que, com a habilidade diplomática do Embaixador Samuel, nós poderíamos almejar, no Fórum do MERCOSUL, a retomada dessa discussão, com algumas vantagens. Primeiro, porque são menos países — 5 contando a Venezuela e não 12, contando países com assimetrias muito maiores, como a Guiana, o Suriname, etc. Então, creio que, no MERCOSUL, onde existe uma experiência já acumulada e se comemora os 20 anos do MERCOSUL, seria talvez mais fácil de transitar uma discussão a respeito de um tratado, de um documento mais avançado em relação ao campo energético.

Ficou bem claro inclusive na conferência do Embaixador Samuel que esse é um tema importante para a integração do MERCOSUL e também para a integração sul-americana. Então, eu penso que seria possível haver mais uma tentativa, com o Brasil assumindo um protagonismo mais ativo e com toda a habilidade da nossa Diplomacia para contornar as dificuldades que certamente vão surgir.



O Presidente do SINERGIA, Sérgio Malta, autorizou-me a colocar aqui, entre as conclusões, a declaração de que o Sindicato Interestadual das Indústrias de Energia Elétrica daria todo o apoio para que essas atividades avançassem, porque reconhece que a integração energética sul-americana, particularmente do MERCOSUL, é uma componente fundamental para o processo de integração mais amplo, político, cultural, comercial e econômico da região.

Com isso, penso que cobri os aspectos mais relevantes, não obstante ter havido muitas informações significativas que estão registradas e que vão ser disponibilizadas aos participantes.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Malta) - Obrigado, Dr. Alfredo.

Chegamos ao fim dessa jornada. Quero expressar a satisfação do Sindicato Interestadual das Indústrias de Energia Elétrica — SINERGIA, de ter apoiado as Comissões de Infraestrutura e de Relações Exteriores, do Senado, e as Comissões de Minas e Energia e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que está sediando este evento. Quero agradecer especialmente à Sra. Elizabete (*palmas*), que deu apoio fundamental, físico e material, para que pudéssemos realizar este seminário.

Destaco, além das reflexões e das contribuições que recolhemos de todos, a minha satisfação com o fato de, conforme relatou aqui o Salomão, termos conseguido avançar para proposições concretas, encontrando veredas e caminhos por onde podemos destravar a situação em que nos encontramos e aumentar a velocidade dessa integração, que — e já o disse no início desta reunião — me parece irreversível. É apenas uma questão de encontrarmos o melhor caminho para que ela possa ser conduzida racionalmente no interesse dos povos dos países da região.

Agradeço a todos, especialmente aos que ficaram até a essa hora — são 17h52min e já estão quase desligando o ar-condicionado da sala — e ao Fernando Ferreira, que veio de Quito, especialmente para participar deste debate e proferiu uma palestra memorável na parte da manhã sobre a experiência do organismo vivo dessa integração.



---

Obrigada a todos, até a próxima jornada, ou seja, até breve. (*Palmas.*)

**O SR. APRESENTADOR** (David Rayol) - O Presidente do SINERGIA convida as senhoras e os senhores para se dirigirem ao corredor, junto à saída de emergência, para um café de confraternização.

Boa tarde a todos.